



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ESSENCIALIDADES DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2013 – PROJETO DE LEI Nº 3.471/2012

2 - ESSENCIALIDADES DA REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL – PPAG 2012-2015 – PROJETO DE LEI Nº 3.472/2012

3 - ATAS

- 3.1 - Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 3.2 - 53ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 3.3 - 54ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 3.4 - 55ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 3.5 - 56ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 3.6 - 34ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 3.7 - Reunião de Comissões

4 - ORDEM DO DIA

- 4.1 - Comissão

5 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 5.1 - Plenário
- 5.2 - Comissão

6 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

7 - MANIFESTAÇÕES

8 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

9 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ESSENCIALIDADES DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO - 2013

ESSENCIALIDADES DO PROJETO DE LEI Nº 3.471/2012

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2013

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no exercício da competência prevista no art. 61, inciso I, da Constituição do Estado e observado o disposto no art. 207 do Regimento Interno, apresenta as essencialidades do projeto de lei relativo à proposta orçamentária do Estado para o exercício de 2013, encaminhado por meio da Mensagem nº 291/2012, publicada em 11/10/2012.

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO - ORÇAMENTO FISCAL

EXERCÍCIO: 2013

Em R\$1,00

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	ORDINÁRIA	% PART	VINCULADA	% PART	TOTAL	% PART	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	ORDINÁRIA	% PART	VINCULADA	% PART	TOTAL	% PART
RECEITAS CORRENTES	30.953.228.900	100,00	32.624.646.127	110,57	63.577.875.027	105,16	DESPESAS CORRENTES	20.685.231.676	84,08	30.171.730.565	84,14	50.856.962.241	84,12
RECEITA TRIBUTÁRIA	24.873.668.535	80,36	18.185.621.166	61,63	43.059.289.701	71,22	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.157.554.124	53,48	11.537.995.387	32,18	24.695.549.511	40,85
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	2.115.759.180	6,84	-	0,00	2.115.759.180	3,50	EXECUTIVO	9.275.560.162	37,70	10.264.995.802	28,63	19.540.555.964	32,32
IPVA	1.330.502.528	4,30	1.995.753.792	6,76	3.326.256.320	5,50	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	7.713.613.634	31,35	5.340.667.379	14,89	13.054.281.013	21,59
ITCD	387.531.178	1,25	96.882.794	0,33	484.413.972	0,80	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.561.946.528	6,35	4.924.328.423	13,73	6.486.274.951	10,73
ICMS	20.901.456.192	67,52	14.109.543.142	47,82	35.010.999.334	57,91	AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	1.263.883.464	5,14	324.269.679	0,90	1.588.153.143	2,63
TAXAS	138.419.457	0,45	1.983.441.438	6,72	2.121.860.895	3,51	EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	247.874.286	1,01	38.035.612	0,11	285.909.898	0,47
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	-	0,00	2.442.121.936	8,28	2.442.121.936	4,04	FUNDOS	50.188.778	0,20	4.562.023.132	12,72	4.612.211.910	7,63
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	-	0,00	2.442.121.936	8,28	2.442.121.936	4,04	OUTROS PODERES	3.881.993.962	15,78	1.272.999.585	3,55	5.154.993.547	8,53
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	3.688.778.119	11,92	3.147.594.382	10,67	6.836.372.501	11,31	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	3.881.993.962	15,78	1.272.043.651	3,55	5.154.037.613	8,52
FPE	2.776.652.087	8,97	694.163.022	2,35	3.470.815.109	5,74	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-	0,00	955.934	0,00	955.934	0,00
							AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-	0,00	955.934	0,00	955.934	0,00

FUNDO EXPORTAÇÃO - IPI	441.523.899	1,43	294.349.266	1,00	735.873.165	1,22	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.726.660.067	11,08	-	0,00	2.726.660.067	4,51
QESE - SALÁRIO EDUCAÇÃO	-	0,00	452.000.000	1,53	452.000.000	0,75	EXECUTIVO	2.726.660.067	11,08	-	0,00	2.726.660.067	4,51
LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96	150.978.438	0,49	37.744.610	0,13	188.723.048	0,31	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.726.660.067	11,08	-	0,00	2.726.660.067	4,51
TRANSFERÊNCIAS SUS	-	0,00	937.022.676	3,18	937.022.676	1,55	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.801.017.485	19,51	7.830.704.955	21,84	12.631.722.440	20,89
COTA-PARTE DA CIDE	-	0,00	0	0,00	0	0,00	EXECUTIVO	4.420.874.726	17,97	7.171.150.918	20,00	11.592.025.644	19,17
COTA -PARTE DA COMP. FINANCEIRA - RECURSOS HÍDRICOS	-	0,00	206.367.193	0,70	206.367.193	0,34	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.249.575.610	9,14	1.692.748.238	4,72	3.942.323.848	6,52
COTA -PARTE DA COMP. FINANCEIRA - RECURSOS MINERAIS	-	0,00	281.999.918	0,96	281.999.918	0,47	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.171.299.116	8,83	5.478.402.680	15,28	7.649.701.796	12,65
COTA -PARTE ROYALTIES - COMP. FINANC. - PROD. DE PETRÓLEO	-	0,00	11.363.697	0,04	11.363.697	0,02	AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	351.625.721	1,43	2.982.998.913	8,32	3.334.624.634	5,52
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	319.623.695	1,03	232.584.000	0,79	552.207.695	0,91	EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	5.256.905	0,02	38.760.481	0,11	44.017.386	0,07
TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	-	0,00	6.129.981.971	20,78	6.129.981.971	10,14	FUNDOS	1.814.416.490	7,38	2.456.643.286	6,85	4.271.059.776	7,06
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	-	0,00	39.600.831	0,13	39.600.831	0,07	OUTROS PODERES	380.142.759	1,55	659.554.037	1,84	1.039.696.796	1,72
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	256.696.643	0,87	256.696.643	0,42	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	380.142.759	1,55	563.228.686	1,57	943.371.445	1,56
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.390.782.246	7,72	2.423.029.198	8,21	4.813.811.444	7,96	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-	0,00	96.325.351	0,27	96.325.351	0,16
RECEITA PATRIMONIAL	1.763.625.881	5,70	670.169.013	2,27	2.433.794.894	4,03	AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-	0,00	66.619.351	0,19	66.619.351	0,11
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	0,00	7.154.228	0,02	7.154.228	0,01	FUNDOS	-	0,00	29.706.000	0,08	29.706.000	0,05
RECEITA INDUSTRIAL	-	0,00	353.803.635	1,20	353.803.635	0,59	REC. CONSTITUCIONAIS VINC. MUNICÍPIOS	-	0,00	10.803.030.223	30,13	10.803.030.223	17,87
RECEITA DE SERVIÇOS	-	0,00	512.440.286	1,74	512.440.286	0,85							
MULTAS E JUROS DE MORA	403.257.467	1,30	551.035.582	1,87	954.293.049	1,58	DESPESAS DE CAPITAL	3.349.758.355	13,62	5.686.549.345	15,86	9.036.307.700	14,95
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	57.897.751	0,19	38.040.788	0,13	95.938.539	0,16	INVESTIMENTOS	1.218.769.132	4,95	4.067.048.356	11,34	5.285.817.488	8,74
DÍVIDA ATIVA	154.247.963	0,50	121.214.742	0,41	275.462.705	0,46	EXECUTIVO	1.195.693.715	4,86	3.855.049.240	10,75	5.050.742.955	8,35

RECEITAS DIVERSAS	11.753.184	0,04	169.170.924	0,57	180.924.108	0,30	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	97.659.394	0,40	2.187.343.163	6,10	2.285.002.557	3,78
				0,00			ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.098.034.321	4,46	1.667.706.077	4,65	2.765.740.398	4,57
RECEITAS DE CAPITAL	902.000	0,00	3.499.875.963	11,86	3.500.777.963	5,79	AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	341.069.644	1,39	1.567.141.469	4,37	1.908.211.113	3,16
							EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	501.000	0,00	1.739.250	0,00	2.240.250	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	2.541.292.233	8,61	2.541.292.233	4,20	FUNDOS	756.463.677	3,07	98.825.358	0,28	855.289.035	1,41
INTERNA	-	0,00	2.226.824.604	7,55	2.226.824.604	3,68	OUTROS PODERES	23.075.417	0,09	211.999.116	0,59	235.074.533	0,39
EXTERNA	-	0,00	314.467.629	1,07	314.467.629	0,52	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	23.075.417	0,09	161.952.602	0,45	185.028.019	0,31
ALIENAÇÃO DE BENS	-	0,00	23.196.598	0,08	23.196.598	0,04	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-	0,00	50.046.514	0,14	50.046.514	0,08
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	902.000	0,00	453.067.482	1,54	453.969.482	0,75	AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-	0,00	48.436.514	0,14	48.436.514	0,08
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	340.489.403	1,15	340.489.403	0,56	FUNDOS	-	0,00	1.610.000	0,00	1.610.000	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	-	0,00	80.810.247	0,27	80.810.247	0,13	INVERSÕES FINANCEIRAS	51.968.000	0,21	1.619.500.989	4,52	1.671.468.989	2,76
OUTRAS RECEITAS	-	0,00	61.020.000	0,21	61.020.000	0,10	EXECUTIVO	40.015.000	0,16	1.608.177.788	4,48	1.648.192.788	2,73
				0,00			ADMINISTRAÇÃO DIRETA	10.013.000	0,04	155.425.000	0,43	165.438.000	0,27
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-	0,00	-6.618.476.964	-22,43	-6.618.476.964	-10,95	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	30.002.000	0,12	1.452.752.788	4,05	1.482.754.788	2,45
ICMS	-	0,00	-5.225.364.048	-17,71	-5.225.364.048	-8,64	AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-	0,00	16.250.000	0,05	16.250.000	0,03
FPE	-	0,00	-694.163.022	-2,35	-694.163.022	-1,15	EMPRESAS CONTROLADAS	-	0,00	-	0,00	-	0,00
IPI	-	0,00	-110.380.975	-0,37	-110.380.975	-0,18	FUNDOS	30.002.000	0,12	1.436.502.788	4,01	1.466.504.788	2,43
ICMS - DESONERAÇÃO - LEI COMPLEMENTAR 87/96	-	0,00	-37.744.610	-0,13	-37.744.610	-0,06	OUTROS PODERES	11.953.000	0,05	11.323.201	0,03	23.276.201	0,04
MULTAS DO ICMS	-	0,00	-56.812.118	-0,19	-56.812.118	-0,09	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	11.953.000	0,05	0	0,00	11.953.000	0,02
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA ICMS	-	0,00	-34.510.067	-0,12	-34.510.067	-0,06	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-	0,00	11.323.201	0,03	11.323.201	0,02
IPVA	-	0,00	-332.625.632	-1,13	-332.625.632	-0,55	AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-	0,00	5.323.201	0,01	5.323.201	0,01

ITCD	-	0,00	-96.882.794	-0,33	-96.882.794	-0,16	FUNDOS	-	0,00	6.000.000	0,02	6.000.000	0,01
MULTAS DO ITCD	-	0,00	-10.772.810	-0,04	-10.772.810	-0,02	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.079.021.223	8,45	-	0,00	2.079.021.223	3,44
MULTAS DO IPVA	-	0,00	-18.015.356	-0,06	-18.015.356	-0,03	EXECUTIVO	2.079.021.223	8,45	-	0,00	2.079.021.223	3,44
DÍVIDA ATIVA DO IPVA	-	0,00	-942.654	0,00	-942.654	0,00	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.079.021.223	8,45	-	0,00	2.079.021.223	3,44
DÍVIDA ATIVA DO ITCD	-	0,00	-262.878	0,00	-262.878	0,00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	566.906.085	2,30	-	0,00	566.906.085	0,94
TOTAL DA RECEITA FISCAL (EXCETO INTRA - ORÇAMENTÁRIAS)	30.954.130.900	100,00	29.506.045.126	100,00	60.460.176.026	100,00	TOTAL DA DESPESA FISCAL (EXCETO INTRA - ORÇAMENTÁRIAS)	24.601.896.116	100,00	35.858.279.910	100,00	60.460.176.026	100,00
TOTAL DA RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	-	0,00	7.641.455.647	1,00	7.641.455.647	1,00	TOTAL DA DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	6.352.234.784	1,00	1.289.220.863	1,00	7.641.455.647	1,00
TOTAL DA RECEITA FISCAL	30.954.130.900	1,00	37.147.500.773	1,00	68.101.631.673	1,00	TOTAL DA DESPESA FISCAL	30.954.130.900	1,00	37.147.500.773	1,00	68.101.631.673	1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
(Art. 2º Inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000)

ORÇAMENTO FISCAL
Exercício 2013

R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO

VALOR

RECEITAS CORRENTES (I)

63.577.875.027

Receita Tributária

43.059.289.701

ICMS

35.010.999.334

IPVA

3.326.256.320

ITCD

484.413.972

IRRF

2.115.759.180

Outras Receitas Tributárias

2.121.860.895

Receita de Contribuições

2.442.121.936

Receita Patrimonial

2.433.794.894

Receita Agropecuária

7.154.228

Receita Industrial

353.803.635

Receita de Serviços	512.440.286
Transferências Correntes	13.262.651.946
<i>Cota-Parte do FPE</i>	3.470.815.109
<i>Transferências da LC 87/1996</i>	188.723.048
<i>Transferências da LC 61/1989</i>	735.873.165
<i>Transferências do FUNDEB</i>	6.129.981.971
<i>Outras Transferências Correntes</i>	2.737.258.653
Outras Receitas Correntes	1.506.618.401
DEDUÇÕES (II)	19.187.266.615
Transferências Constitucionais e Legais	10.803.030.223
Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor	1.469.693.414
Contribuição para o Custeio das Pensões Militares	277.996.000
Compensação Financeira entre Regimes Previdência	18.070.014
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	6.618.476.964
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	44.390.608.412

**DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NA MANUTENÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO À
CONTA DE RECURSOS ORDINÁRIOS E DOS VINCULADOS AO FUNDO DE EDUCAÇÃO
(Art. 212 da Constituição Federal, Art. 201 da Constituição Estadual e Art. 8º, inciso III da Lei 20.373/2012 - LDO)**

ORÇAMENTO FISCAL
Exercício 2013

RS1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÕES	VALOR
	A - IMPOSTO LIVRES E TRANSFERÊNCIA LIVRES	28.104.405.633
1.1.1.2.04.31.00	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO	2.115.759.180
1.1.1.2.05.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - IPVA	1.330.502.528
1.1.1.2.07.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - ITCD	387.531.178
1.1.1.3.02.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - ICMS	20.901.456.192
1.7.2.1.01.01.01	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DISTRITO	2.776.652.087

	FEDERAL/FPE - ESTADO	
1.7.2.1.01.12.01	COTA-PARTE DO ESTADO - IPI	441.523.899
1.7.2.1.01.32.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO VAL. MOBILIÁRIOS / COMERCIALIZAÇÃO DO OURO	2.131
1.7.2.1.36.01.00	COTA-PARTE TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA - L.C. Nº 87/96 - ESTADO	150.978.438
	B - IMPOSTOS VINCULADOS E TRANSFERÊNCIA FEDERAIS VINCULADAS AO FUNDO EDUCAÇÃO	6.618.476.964
1.1.1.2.05.03.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA O FUNDEB - IPVA	332.625.632
1.1.1.2.07.02.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA O FUNDEB - ITCD	96.882.794
1.1.1.3.02.04.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB - ICMS	5.225.364.048
1.7.2.1.01.01.02	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB - FPE	694.163.022
1.7.2.1.01.12.02	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB - IPI	110.380.975
1.7.2.1.36.02.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA L.C. Nº 87/96	37.744.610
1.9.1.1.20.02.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA O FUNDEB - MULTAS DO ITCD	10.772.810
1.9.1.1.41.03.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA O FUNDEB - MULTAS DO IPVA	18.015.356
1.9.1.1.42.02.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB - MULTAS ICMS	56.812.118
1.9.3.1.14.03.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA O FUNDEB - DÍVIDA ATIVA DO IPVA	942.654
1.9.3.1.15.02.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO ICMS	34.510.067
1.9.3.1.20.02.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA O FUNDEB - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO ITCD	262.878
	C - OUTRAS RECEITAS	485.263.535
1.9.1.1.20.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - MULTAS DO ITCD	43.091.240
1.9.1.1.41.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - MULTAS DO IPVA	72.061.425
1.9.1.1.42.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - MULTAS DO ICMS	227.248.472
1.9.3.1.14.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO IPVA	3.770.617
1.9.3.1.15.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO ICMS	138.040.268
1.9.3.1.20.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO ITCD	1.051.513
	D - TOTAL DA RECEITA (A + B + C)	35.208.146.132
	E - DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	10.537.300.856

1251	.12	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	45.920.868
1261	.12	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	7.617.750.128
1941	.12	EGE - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	1.000
2151	.12	FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF	11.927.859
2161	.12	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CAIO MARTINS	4.849.251
2311	.12	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	182.763.946
2351	.12	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	85.821.303
4461	.09.272.702.7.046	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - UNIMONTES	15.380.376
4461	.09.272.702.7.060	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - UEMG	12.260.431
4461	.09.272.702.7.089	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF	935.302
4461	.09.272.702.7.091	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - FUCAM	949.749
4461	.09.272.702.7.957	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	2.070.245.650
		PERDA DO ESTADO COM O FUNDEB PARA O MUNÍCIPIO	488.494.993
F - PERCENTUAL DE APLICAÇÃO DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - E/D APLICAÇÃO MÍNIMA 25%			29,93%

**DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NA MANUTENÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO À
CONTA DE RECURSOS ORDINÁRIOS E DOS VINCULADOS AO FUNDO DE EDUCAÇÃO
(Art. 212 da Constituição Federal, Art. 201 da Constituição Estadual e Art. 8º, inciso III da Lei 20.373/2012 - LDO)**

ORÇAMENTO FISCAL
Exercício 2013

RS1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÕES	VALOR
	A - IMPOSTO LIVRES E TRANSFERÊNCIA LIVRES	28.104.405.633
1.1.1.2.04.31.00	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO	2.115.759.180
1.1.1.2.05.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - IPVA	1.330.502.528
1.1.1.2.07.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - ITCD	387.531.178
1.1.1.3.02.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - ICMS	20.901.456.192
1.7.2.1.01.01.01	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DISTRITO	2.776.652.087

	FEDERAL/FPE - ESTADO	
1.7.2.1.01.12.01	COTA-PARTE DO ESTADO - IPI	441.523.899
1.7.2.1.01.32.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO VAL. MOBILIÁRIOS / COMERCIALIZAÇÃO DO OURO	2.131
1.7.2.1.36.01.00	COTA-PARTE TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA - L.C. Nº 87/96 - ESTADO	150.978.438
	B - IMPOSTOS VINCULADOS E TRANSFERÊNCIA FEDERAIS VINCULADAS AO FUNDO EDUCAÇÃO	6.618.476.964
1.1.1.2.05.03.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA O FUNDEB - IPVA	332.625.632
1.1.1.2.07.02.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA O FUNDEB - ITCD	96.882.794
1.1.1.3.02.04.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB - ICMS	5.225.364.048
1.7.2.1.01.01.02	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB - FPE	694.163.022
1.7.2.1.01.12.02	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB - IPI	110.380.975
1.7.2.1.36.02.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA L.C. Nº 87/96	37.744.610
1.9.1.1.20.02.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA O FUNDEB - MULTAS DO ITCD	10.772.810
1.9.1.1.41.03.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA O FUNDEB - MULTAS DO IPVA	18.015.356
1.9.1.1.42.02.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB - MULTAS ICMS	56.812.118
1.9.3.1.14.03.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA O FUNDEB - DÍVIDA ATIVA DO IPVA	942.654
1.9.3.1.15.02.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO ICMS	34.510.067
1.9.3.1.20.02.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA O FUNDEB - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO ITCD	262.878
	C - OUTRAS RECEITAS	485.263.535
1.9.1.1.20.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - MULTAS DO ITCD	43.091.240
1.9.1.1.41.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - MULTAS DO IPVA	72.061.425
1.9.1.1.42.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - MULTAS DO ICMS	227.248.472
1.9.3.1.14.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO IPVA	3.770.617
1.9.3.1.15.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO ICMS	138.040.268
1.9.3.1.20.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO ITCD	1.051.513
	D - TOTAL DA RECEITA (A + B + C)	35.208.146.132
	E - DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	8.437.529.348

1251	.12	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	45.920.868
1261	.12	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	7.617.750.128
1941	.12	EGE-SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	1.000
2151	.12	FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF	11.927.859
2161	.12	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CAIO MARTINS	4.849.251
2311	.12	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	182.763.946
2351	.12	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	85.821.303
		PERDA DO ESTADO COM O FUNDEB PARA O MUNÍCIPIO	488.494.993
F - PERCENTUAL DE APLICAÇÃO DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - E/D APLICAÇÃO MÍNIMA 25%			23,96%

**DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
(Emenda nº 29 de 13/09/2000 à Constituição Federal e Art. 8º, inciso V da Lei 20.373/2012 - LDO)**

ORÇAMENTO FISCAL
Exercício 2013

R\$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÕES	VALOR
	A - IMPOSTO E TRANSFERÊNCIA FEDERAIS	35.208.144.001
1.1.1.2.04.31.00	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO	2.115.759.180
1.1.1.2.05.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - IPVA	1.330.502.528
1.1.1.2.05.03.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA O FUNDEB - IPVA	332.625.632
1.1.1.2.07.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - ITCD	387.531.178
1.1.1.2.07.02.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA O FUNDEB - ITCD	96.882.794
1.1.1.3.02.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - ICMS	20.901.456.192
1.1.1.3.02.04.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB - ICMS	5.225.364.048
1.7.2.1.01.01.01	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL/FPE - ESTADO	2.776.652.087
1.7.2.1.01.01.02	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB - FPE	694.163.022
1.7.2.1.01.12.01	COTA-PARTE DO ESTADO - IPI	441.523.899

1.7.2.1.01.12.02	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB - IPI	110.380.975
1.7.2.1.36.01.00	COTA-PARTE TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA - L.C. Nº 87/96 - ESTADO	150.978.438
1.7.2.1.36.02.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA L.C. Nº 87/96	37.744.610
1.9.1.1.20.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - MULTAS DO ITCD	43.091.240
1.9.1.1.20.02.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA O FUNDEB - MULTAS DO ITCD	10.772.810
1.9.1.1.41.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - MULTAS DO IPVA	72.061.425
1.9.1.1.41.03.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA O FUNDEB - MULTAS DO IPVA	18.015.356
1.9.1.1.42.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - MULTAS DO ICMS	227.248.472
1.9.1.1.42.02.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB - MULTAS ICMS	56.812.118
1.9.3.1.14.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO IPVA	3.770.617
1.9.3.1.14.03.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA O FUNDEB - DÍVIDA ATIVA DO IPVA	942.654
1.9.3.1.15.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO ICMS	138.040.268
1.9.3.1.15.02.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA FUNDEB - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO ICMS	34.510.067
1.9.3.1.20.01.00	COTA-PARTE DO ESTADO - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO ITCD	1.051.513
1.9.3.1.20.02.00	COTA-PARTE DO ESTADO PARA O FUNDEB - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DO ITCD	262.878
	B - DESPESA COM SAÚDE	4.224.977.288
1321 .10	SECRETARIA E ESTADO DE SAÚDE	524.974.245
1541 .10	ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	14.389.138
2261 .10	FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS	92.049.308
2271 .10	FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	903.437.854
2321 .10	FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE MINAS GERAIS	118.643.291
4291 .10	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	2.571.483.452
	C - PERCENTUAL DE APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - B/A APLICAÇÃO MÍNIMA 12,00%	12,00%

**DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE PESSOAL NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
(Art. 169 da Constituição Federal, Lei Complementar 101/2000 e Art. 8º, inciso IX da Lei 20.373/2012 - LDO)**

		VALOR
A - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		44.390.608.412
B - LIMITE DAS DESPESAS COM PESSOAL, DISCIPLINADO PELA LEI 101/2000		
PODER LEGISLATIVO (INCLUSIVE TRIBUNAL DE CONTAS)	3,00%	1.331.718.252
PERCENTUAL DO ORÇAMENTO	1,94%	861.964.127
PODER JUDICIÁRIO	6,00%	2.663.436.505
PERCENTUAL DO ORÇAMENTO	5,33%	2.364.855.903
PODER MINISTÉRIO PÚBLICO	2,00%	887.812.168
PERCENTUAL DO ORÇAMENTO	1,57%	697.224.519
PODER EXECUTIVO	49,00%	21.751.398.122
PERCENTUAL DO ORÇAMENTO	39,49%	17.532.022.264
TOTAL PESSOAL DO ESTADO		
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	60,00%	26.634.365.047
PERCENTUAL DO ORÇAMENTO	48,33%	21.456.066.813

**DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE PESSOAL NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
(Art. 169 da Constituição Federal, Lei Complementar 101/2000 e Art. 8º, inciso IX da Lei 20.373/2012 - LDO)**

ORÇAMENTO FISCAL
Exercício 2013

R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO		VALOR
A - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		44.390.608.412
B - LIMITE DAS DESPESAS COM PESSOAL, DISCIPLINADO PELA LEI 101/2000 E INSTRUÇÃO Nº 5/2001 - TCMG		
PODER LEGISLATIVO (INCLUSIVE TRIBUNAL DE CONTAS)	3,00%	1.331.718.252
PERCENTUAL DO ORÇAMENTO	1,93%	858.061.727

PODER JUDICIÁRIO	6,00%	2.663.436.505
PERCENTUAL DO ORÇAMENTO	5,22%	2.319.400.903
PODER MINISTÉRIO PÚBLICO	2,00%	887.812.168
PERCENTUAL DO ORÇAMENTO	1,52%	674.854.519
PODER EXECUTIVO	49,00%	21.751.398.122
PERCENTUAL DO ORÇAMENTO	34,95%	15.513.040.109
TOTAL PESSOAL DO ESTADO		
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	60,00%	26.634.365.047
PERCENTUAL DO ORÇAMENTO	43,62%	19.365.357.258

INVESTIMENTOS POR EMPRESA SEGUNDO FONTES DE RECURSO

Exercício 2013

R\$1,00

ÓRGÃOS/ENTIDADES	AUMENTO DE CAPITAL			OUTROS			Total
	TESOURO ORDINÁRIO	TESOURO VINCULADO	OUTRAS ENTIDADES	OPERAÇÃO DE CRÉDITO	RECURSOS PRÓPRIOS	OUTRAS ORIGENS	
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A.	1.000	2.920.000	6.550.000	0	0	0	9.471.000
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	0	0	0	15.545.000	1.995.740.700	1.000.000.000	3.011.285.700
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.	0	0	0	0	1.903.567.903	0	1.903.567.903
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS	1.000	0	0	0	379.127.000	0	379.128.000
COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS	0	0	0	0	28.548.082	0	28.548.082
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	1.000	0	0	0	200.000	0	201.000
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	1.000	0	403.000	513.850.000	609.271.802	0	1.123.525.802
COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	1.000	0	0	0	30.000.000	0	30.001.000
COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS	1.000	0	0	0	149.976.500	0	149.977.500
COMPANHIA MINEIRA DE PROMOÇÕES	0	0	0	0	250.000	0	250.000

COPASA - ÁGUAS MINERAIS DE MINAS S/A	0	0	401.000	0	0	0	401.000
COPASA - SERVIÇOS DE IRRIGAÇÃO S/A	0	0	1.000	0	0	0	1.000
COPASA - SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A	0	0	1.000	0	0	0	1.000
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MINAS GERAIS	0	0	0	0	1.000.000	0	1.000.000
MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.	1.000	0	0	0	10.500.000	0	10.501.000
MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.	1.000	0	0	0	36.000	0	37.000
TREM METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE S.A.	1.000	0	0	0	0	0	1.000
Total	9.000	2.920.000	7.356.000	529.395.000	5.108.217.987	1.000.000.000	6.647.897.987

INVESTIMENTOS POR EMPRESA SEGUNDO O DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS

Exercício 2013

R\$1,00

EMPRESAS	PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	IMOBILIZAÇÕES	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDAS	OUTRAS APLICAÇÕES	Total
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A.	2.921.000	6.550.000	0	0	9.471.000
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	0	0	1.845.798.974	1.165.486.726	3.011.285.700
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.	0	892.298.000	978.876.903	32.393.000	1.903.567.903
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS	2.000	295.376.000	0	83.750.000	379.128.000
COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS	0	23.697.982	0	4.850.100	28.548.082
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	0	200.000	1.000	0	201.000
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	3.000	750.399.000	373.122.802	1.000	1.123.525.802
COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	0	0	0	30.001.000	30.001.000
COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS	90.025.000	0	20.971.500	38.981.000	149.977.500
COMPANHIA MINEIRA DE PROMOÇÕES	250.000	0	0	0	250.000
COPASA - ÁGUAS MINERAIS DE MINAS S/A	1.000	400.000	0	0	401.000
COPASA - SERVIÇOS DE IRRIGAÇÃO S/A	1.000	0	0	0	1.000
COPASA - SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS S/A	1.000	0	0	0	1.000
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MINAS GERAIS	0	1.000.000	0	0	1.000.000

MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.	0	10.501.000	0	0	10.501.000
MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.	2.000	0	0	35.000	37.000
TREM METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE S.A.	1.000	0	0	0	1.000
Total	93.207.000	1.980.421.982	3.218.771.179	1.355.497.826	6.647.897.987

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES CONFORME OS GRUPOS DE DESPESA

Exercício 2013

ORÇAMENTO FISCAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

R\$1,00

FUNÇÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
1 LEGISLATIVA	845.339.069	0	186.029.562	8.677.463	11.953.000	0	0	1.051.999.094
2 JUDICIÁRIA	2.062.305.403	0	522.892.107	160.168.940	0	0	0	2.745.366.450
3 ESSENCIAL À JUSTIÇA	946.195.118	0	147.894.533	17.791.616	0	0	0	1.111.881.267
4 ADMINISTRAÇÃO	924.001.533	0	1.012.220.687	525.925.112	10.003.000	0	0	2.472.150.332
6 SEGURANÇA PÚBLICA	4.031.096.091	0	1.031.056.124	251.527.815	0	0	0	5.313.680.030
7 RELAÇÕES EXTERIORES	0	0	230.000	0	0	0	0	230.000
8 ASSISTÊNCIA SOCIAL	25.417.274	0	106.723.116	51.151.475	43.004.000	0	0	226.295.865
9 PREVIDÊNCIA SOCIAL	7.963.787.406	0	2.252.775.257	48.462.314	884.706.129	0	0	11.149.731.106
10 SAÚDE	1.294.814.309	0	4.684.158.609	963.829.058	1.000	0	0	6.942.802.976
11 TRABALHO	10.659.711	0	40.805.547	3.065.809	0	0	0	54.531.067
12 EDUCAÇÃO	5.756.250.458	0	1.363.154.680	565.497.330	9.501.000	0	0	7.694.403.468
13 CULTURA	48.023.820	0	82.172.831	15.413.075	3.107.000	0	0	148.716.726
14 DIREITOS DA CIDADANIA	6.152.946	0	26.537.869	2.066.630	0	0	0	34.757.445
15 URBANISMO	14.324.835	0	16.628.791	32.001.000	0	0	0	62.954.626
16 HABITAÇÃO	0	0	6.000.840	1.500.000	115.006.360	0	0	122.507.200
17 SANEAMENTO	0	0	6.432.729	168.195.299	1.000	0	0	174.629.028
18 GESTÃO AMBIENTAL	101.467.018	0	249.474.429	77.499.993	28.850.000	0	0	457.291.440
19 CIÊNCIA E TECNOLOGIA	35.945.699	0	61.070.762	340.049.780	1.000	0	0	437.067.241

20	AGRICULTURA	393.422.427	0	105.340.834	52.702.649	33.766.000	0	0	585.231.910
21	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	3.371.637	0	3.088.730	50.000	0	0	0	6.510.367
22	INDÚSTRIA	22.339.961	0	35.799.493	87.700.260	384.783.000	0	0	530.622.714
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	20.785.215	0	69.633.071	21.707.916	146.783.500	0	0	258.909.702
24	COMUNICAÇÕES	2.985.826	0	2.348.977	0	0	0	0	5.334.803
25	ENERGIA	0	0	77.000	1.000.000	1.000	0	0	1.078.000
26	TRANSPORTE	88.726.526	0	108.265.838	1.837.717.967	1.000	0	0	2.034.711.331
27	DESPORTO E LAZER	7.732.792	0	24.522.028	50.787.316	0	0	0	83.042.136
28	ENCARGOS ESPECIAIS	90.404.437	2.726.660.067	11.289.418.219	1.328.671	1.000	2.079.021.223	0	16.186.833.617
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	0	0	0	0	0	566.906.085	566.906.085
TOTAL		24.695.549.511	2.726.660.067	23.434.752.663	5.285.817.488	1.671.468.989	2.079.021.223	566.906.085	60.460.176.026

DEMONSTRATIVO REGIONALIZADO DO ORÇAMENTO FISCAL EM VALORES NOMINAIS A SER APLICADO POR FUNÇÃO
(Art. 8º Inciso XXI da Lei nº 20.373/2012)

ORÇAMENTO FISCAL
EXERCÍCIO: 2013

RECURSOS DE TODAS AS FONTES
R\$1,00

FUNÇÃO	ALTO PARANAÍBA	CENTRAL	CENTRO OESTE	ESTADUAL	JEQUITINHONHA/MUCURI	MATA	NOROESTE DE MINAS	NORTE DE MINAS	RIO DOCE	SUL DE MINAS	TRIÂNGULO	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO	13.394.279	1.817.635.650	47.688.629	243.183.342	48.483.922	89.101.286	8.035.306	79.218.145	46.523.859	117.445.998	91.416.918	2.602.127.334
AGRICULTURA	18.032.252	240.435.455	18.581.420	22.859.527	24.211.707	57.290.625	9.199.617	94.134.812	21.264.827	65.375.030	32.604.258	603.989.530
ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.992.464	96.125.888	5.222.897	15.561.910	16.539.944	21.329.002	3.158.388	32.181.184	19.630.757	10.541.665	5.123.275	229.407.374
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2.566.789	255.876.210	3.381.821	39.753.655	4.085.856	38.778.527	804.851	11.542.686	4.087.777	29.606.092	50.539.510	441.023.774
COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.035.380	177.207.908	10.553.170	44.387.175	606.233	10.191.817	732.891	5.116.217	3.168.000	4.746.836	3.238.131	260.983.758
COMUNICAÇÕES	26.950	4.286.384	53.756	---	315.590	132.497	12.800	78.962	89.737	345.679	19.176	5.361.531
CULTURA	551.955	142.533.940	553.118	4.895.002	559.096	1.194.565	287.802	814.172	551.539	557.604	551.082	153.049.875
DESPORTO E LAZER	1.061.779	66.068.319	1.404.631	375.400	846.723	4.653.446	435.863	1.530.171	2.209.059	3.588.551	1.169.795	83.343.737
DIREITOS DA CIDADANIA	207.785	16.155.149	805.692	12.900.123	103.271	1.211.467	43.517	681.875	1.188.677	389.091	1.426.280	35.112.927

EDUCAÇÃO	295.692.311	2.700.394.686	418.795.332	156.893.383	623.440.640	842.333.362	175.584.406	1.145.435.242	806.370.886	1.046.074.738	448.931.032	8.659.946.018
ENCARGOS ESPECIAIS	486.694.823	4.909.866.822	486.268.170	9.573.968.096	260.955.926	807.510.726	241.570.081	484.524.438	731.568.042	1.272.909.791	1.279.582.363	20.535.419.278
ENERGIA	---	1.078.000	---	---	---	---	---	---	---	---	---	1.078.000
ESSENCIAL À JUSTIÇA	26.024.552	671.128.571	51.225.538	14.038.712	29.024.105	107.891.972	13.627.672	48.880.648	60.630.666	120.569.273	74.051.581	1.217.093.290
GESTÃO AMBIENTAL	8.237.747	180.104.150	30.243.752	111.174.660	11.401.118	16.459.129	16.565.861	17.444.256	15.757.275	19.480.940	45.103.993	471.972.881
HABITAÇÃO	2.360.480	52.555.850	1.465.870	0	8.544.670	4.028.060	2.062.595	21.310.675	12.419.230	11.097.450	6.670.320	122.515.200
INDÚSTRIA	1.391.000	290.014.831	1.718.000	9.033.752	313.000	1.680.000	585.000	168.323.500	1.482.000	12.606.000	45.433.000	532.580.083
JUDICIÁRIA	79.858.599	1.567.161.849	142.536.081	25.705.104	72.800.450	298.054.155	36.466.533	121.590.229	161.504.097	369.379.886	229.709.467	3.104.766.450
LEGISLATIVA	---	1.152.143.671	---	---	---	---	---	---	---	---	---	1.152.143.671
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	---	5.035.675	---	1.136.738	278.625	---	---	356.307	45.113	---	---	6.852.458
PREVIDÊNCIA SOCIAL	233.354.213	5.764.945.306	496.636.393	1.328.849.447	241.897.257	1.022.567.992	80.438.102	455.100.470	580.701.443	962.884.475	535.732.273	11.703.107.371
RELAÇÕES EXTERIORES	---	230.000	---	---	---	---	---	---	---	---	---	230.000
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	---	---	---	566.906.085	---	---	---	---	---	---	---	566.906.085
SANEAMENTO	1.310.000	17.032.000	1.950.000	5.500.000	53.535.982	5.258.000	2.135.000	77.562.046	5.350.000	1.218.000	3.830.000	174.681.028
SAÚDE	218.669.862	3.197.974.303	209.277.208	867.798.127	449.273.087	622.722.010	43.713.581	448.290.629	310.502.237	440.096.462	343.209.982	7.151.527.488
SEGURANÇA PÚBLICA	181.298.323	3.102.854.515	253.175.421	18.648.810	225.522.358	509.610.562	108.153.006	318.488.430	392.420.561	537.413.609	461.960.453	6.109.546.048
TRABALHO	1.168.212	31.266.106	1.475.757	2.692.134	3.041.405	2.262.842	1.015.885	6.063.357	2.163.972	2.091.218	2.479.611	55.720.499
TRANSPORTE	83.495.290	919.996.221	161.639.363	37.825.748	75.352.823	100.640.077	159.250.110	111.953.058	137.173.187	153.505.314	116.341.303	2.057.172.494
URBANISMO	25.333	57.483.936	50.667		25.333	2.085.433	25.333	98.687	4.066.435	60.667	50.667	63.972.491
TOTAL	1.660.450.378	27.437.591.395	2.344.702.686	13.104.086.930	2.151.159.121	4.566.987.552	903.904.200	3.650.720.196	3.320.869.376	5.181.984.369	3.779.174.470	68.101.630.673

Notas:

1) Os demonstrativos e tabelas foram extraídos do Volume I anexo ao Projeto de Lei nº 3.471/2012, no qual constam ainda o Demonstrativo da despesa por órgãos e entidades segundo os grupos de despesa, o Demonstrativo do serviço da dívida pública e a Memória de cálculo do serviço da dívida a pagar, entre outros.

2) A íntegra dos Volumes I a V encontra-se disponível no site da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - http://www.almg.gov.br/acompanhe/planejamento_orcamento_publico/loa/em_tramitacao.html



ESSENCIALIDADES DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL

- PPAG 2012-2015

ESSENCIALIDADES DO PROJETO DE LEI Nº 3.472/2012, QUE DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PPAG 2012-2015, PARA O EXERCÍCIO 2013

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no exercício de sua competência prevista no art. 61, inciso I, da Constituição do Estado, e observado disposto no art. 207 do Regimento Interno, apresenta as essencialidades do projeto de lei relativo à revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental 2012-2015, para o exercício 2013, encaminhado por meio da Mensagem nº 292/2012, publicada em 11/10/2012.

Notas:

- 1) Extraído de forma resumida do Anexo I do Projeto de Lei nº 3.472/2012.
- 2) A íntegra dos Anexos I e II encontra-se disponível no site da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - http://www.almg.gov.br/acompanhe/planejamento_orcamento_publico/ppag/em_tramitacao.html.
- 3) Valores da tabela expressos em R\$1,00.

REDE DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO	TIPO	CÓDIGO	PROGRAMA	FINANCEIRO 2013	FINANCEIRO 2014	FINANCEIRO 2015	FINANCEIRO 2013-2015
REDE DE ATENDIMENTO EM SAÚDE							
	Estruturador	2	SAÚDE INTEGRADA	1.884.600.577	2.101.075.362	2.217.750.824	6.203.426.763
	Estruturador	44	REDES INTEGRADAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	735.946.875	1.029.780.837	1.116.393.742	2.882.121.454
	Estruturador	49	SAÚDE EM CASA	282.421.604	249.260.867	250.315.461	781.997.932
	Estruturador	53	SANEAMENTO PARA TODOS	967.500.000	931.000.000	831.100.000	2.729.600.000
	Associado	100	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	49.101.692	39.095.999	40.670.445	128.868.136
	Associado	106	DESENVOLVIMENTO DO CENTRO DE TECIDOS BIOLÓGICOS DE MINAS GERAIS	961.021	1.018.682	1.079.803	3.059.506
	Associado	133	OBRAS PREDIAIS NA REDE FHEMIG	8.795.365	34.787.667	34.787.667	78.370.699
	Associado	134	RESIDÊNCIA MÉDICA FHEMIG	14.711.040	15.373.037	16.064.823	46.148.900
	Associado	138	FORTELECIMENTO DA GESTÃO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS	59.000.000	65.000.000	70.000.000	194.000.000
	Associado	159	DESENVOLVIMENTO, PRODUÇÃO E ENTREGA DE IMUNOBOLÓGICOS	204.450.656	216.717.695	229.720.756	650.889.107
	Associado	172	ASSISTÊNCIA AO MILITAR	28.581.619	29.867.789	31.211.839	89.661.247
	Associado	187	ASSISTÊNCIA HEMATOLÓGICA E HEMOTERÁPIA	87.967.211	83.760.119	84.271.467	255.998.797
	Associado	201	PRODUÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS	10.539.920	11.172.315	11.842.653	33.554.888
	Associado	206	DESENVOLVIMENTO DE EDUCAÇÃO NA SAÚDE	1.400.000	1.483.905	1.572.939	4.456.844
	Associado	237	ATENÇÃO À SAÚDE	1.346.027.506	1.608.352.734	1.700.248.119	4.654.628.359

Associado	238	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	84.206.859	123.580.754	126.133.513	333.921.126
Associado	239	GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	92.308.377	88.819.439	94.454.675	275.582.491
Associado	246	SEGURANÇA ALIMENTAR	294.000	311.580	330.220	935.800
Associado	254	GERAÇÃO DE CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS E BIOTECNOLÓGICOS	1.050.000	1.113.000	1.179.780	3.342.780
Associado	275	INCENTIVO À ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	55.800.000	37.000.000	36.000.000	128.800.000
Rede de Atenção em Saúde – Total			5.915.664.322	6.668.571.781	6.895.128.726	19.479.364.829

REDE DE CIDADES

Estruturador	7	COPA DO MUNDO 2014	434.589.066	471.961.347		906.550.413
Estruturador	29	CIDADES: ESPAÇOS DE INTEGRAÇÃO	90.701.000	260.264.555	276.363.263	627.328.818
Associado	126	RADIODIFUSÃO	1.847.557	1.902.813	2.030.322	5.780.692
Associado	135	TELEFONIA RURAL	43.000	40.408	47.892	131.300
Associado	160	APOIO PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL GESTÃO E TRANSFERENCIAS DE RECURSOS	601.000	620.953	641.569	1.863.522
Associado	168	GESTÃO E APOIO ÀS AÇÕES DA COPA DO MUNDO	1.200.000	1.272.000	1.348.320	3.820.320
Associado	197	ORDENAMENTO TERRITORIAL DE MINAS GERAIS	125.997	126.004	126.004	378.005
Associado	205	REGULAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO	773.000	1.175.369	1.244.165	3.192.534
Associado	276	MORAR EM MINAS	6.395.000	1.947.750	2.058.788	10.401.538
Associado	277	PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA URBANA EM MINAS GERAIS	2.070.100	56.000	59.250	2.185.350
Associado	278	ASSOCIATIVISMO MUNICIPAL: FORTALECENDO A REDE DE CIDADES	400.000	101.000	122.050	623.050
Associado	279	GESTÃO METROPOLITANA	6.906.100	5.458.600	5.460.600	17.825.300
Rede de Cidades – Total			545.651.820	744.926.799	289.502.223	1.580.080.842

REDE DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Estruturador	43	TECNOLOGIA E INOVAÇÃO RUMO À ECONOMIA DO CONHECIMENTO	129.501.000	73.820.000	50.405.600	253.726.600
Associado	101	ARRANJOS PRODUTIVOS, POLOS DE EXCELÊNCIA E POLOS DE INOVAÇÃO	8.475.337	8.441.350	8.860.761	25.777.448
Associado	108	REDE DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL ORIENTADA PELO MERCADO	17.879.401	18.127.488	18.943.199	54.950.088
Associado	127	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO PARQUE INDUSTRIAL MINEIRO	50.000			50.000
Associado	129	EXPANSÃO DO ENSINO UNIVERSITÁRIO	10.170.051	11.338.507	9.006.028	30.514.586
Associado	140	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NA UEMG	14.767.561	15.433.101	16.127.545	46.328.207
Associado	190	SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	749.600			749.600
Associado	192	VERIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO METROLÓGICA E DA QUALIDADE	6.648.179	6.108.336	4.421.964	17.178.479
Associado	199	INCENTIVO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	1.000	1.000	1.000	3.000
Associado	228	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO	132.000	132.000	2.000	266.000

Associado	242	SUPERVISÃO E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR	156.750	163.802	178.880	499.432
Associado	259	PROGRAMA DE APOIO À INDUÇÃO E À INOVAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	237.955.000	230.551.000	240.966.000	709.472.000

Rede de Ciência, tecnologia e Inovação - Total

426.485.879 364.116.584 348.912.977 1.139.515.440

REDE DE DEFESA E SEGURANÇA

Estruturador	20	INFRAESTRUTURA DE DEFESA SOCIAL	1.342.270.652	1.424.821.010	1.471.390.436	4.238.482.098
Estruturador	21	GESTÃO INTEGRADA DE DEFESA SOCIAL	132.001.187	155.169.856	173.374.379	460.545.422
Estruturador	34	MINAS MAIS SEGURA	103.699.386	121.388.893	112.498.701	337.586.980
Estruturador	52	ALIANÇA PELA VIDA	32.650.549	45.022.003	43.352.003	121.024.555
Associado	139	PROGRAMA DE APOIO À AMPLIAÇÃO E À MELHORIA DOS SISTEMAS PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO	1.970.540	2.054.701	2.142.670	6.167.911
Associado	141	POLÍCIA OSTENSIVA	173.053.856	151.675.922	158.508.738	483.238.516
Associado	152	FOMENTO À GESTÃO LOCAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	1.035.880	1.078.445	1.127.026	3.241.351
Associado	183	ADMINISTRAÇÃO DE TRÂNSITO	78.435.521	89.759.606	102.186.041	270.381.168
Associado	184	FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE POLICIAIS CIVIS	6.043.438	7.500.000	8.700.000	22.243.438
Associado	189	PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, EXERCÍCIO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	57.175.163	108.325.889	72.679.574	238.180.626
Associado	214	AVALIAÇÃO E QUALIDADE DA ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE DEFESA SOCIAL	10.760.000	11.244.200	11.750.186	33.754.386
Associado	219	RECOLHIMENTO E GUARDA DE DETENTOS DO ESTADO	17.336.106	18.336.106	18.336.106	54.008.318
Associado	227	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	2.549.643	2.664.376	2.784.272	7.998.291
Associado	251	ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO POLICIAL CIVIL	437.682	466.000	517.000	1.420.682
Associado	294	PROMOÇÃO DE DEFESA CIVIL	59.184.803	65.688.006	72.259.992	197.132.801
Associado	296	ATENDIMENTO DO SERVIDOR DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL	100.540	105.065	109.791	315.396
Associado	297	ENSINO E TREINAMENTO DOS SERVIDORES DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL	436.850	455.800	475.800	1.368.450

Rede de Defesa e Segurança – Total

2.019.141.796 2.205.755.878 2.252.192.715 6.477.090.389

REDE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Estruturador	40	INVESTIMENTO COMPETITIVO PARA O FORTALECIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA MINEIRA	759.064.851	716.321.000	733.241.000	2.208.626.851
Estruturador	46	QUALIDADE AMBIENTAL	60.050.905	81.276.962	48.088.879	189.416.746
Estruturador	54	ENERGIA PARA O DESENVOLVIMENTO	212.962.312	324.565.508	38.949.200	576.477.020
Associado	104	AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O SETOR ENERGÉTICO DO ESTADO	77.000	80.465	84.086	241.551
Associado	105	GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA	19.312.455	20.153.390	21.032.659	60.498.504
Associado	109	PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	101.126.416	94.660.429	99.392.936	295.179.781
Associado	110	MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL	4.231.264	4.423.597	4.625.162	13.280.023

Associado	111	DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES DO SETOR MINEROMETALURGICO	80.900	84.541	88.346	253.787
Associado	113	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS	57.229.419	59.333.321	62.298.349	178.861.089
Associado	130	INFRAESTRUTURA RURAL	7.055.794	3.749.270	3.749.270	14.554.334
Associado	137	PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO MINEIRO	247.305	258.434	270.064	775.803
Associado	146	MINAS MUNDO	230.000	910.000	920.000	2.060.000
Associado	150	PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS EM MINAS GERAIS	2.533.570	2.557.581	2.582.673	7.673.824
Associado	157	FOMENTO AO ARTESANATO DE MINAS GERAIS	430.307	449.671	469.907	1.349.885
Associado	167	FINANCIA MINAS - PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO ESTRATÉGICO	631.000	1.319.000	1.337.811	3.287.811
Associado	173	PROGRAMA DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO EM MINAS GERAIS - MINAS COMUNICA	2.000	2.000	2.000	6.000
Associado	176	GESTÃO DO SETOR MINERAL	7.600.000	9.000.000	9.000.000	25.600.000
Associado	182	MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	23.518.936	26.431.043	27.752.574	77.702.553
Associado	195	CONSOLIDAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS - MINAS DO PRINCÍPIO AO FIM	8.811.568	387.244	404.670	9.603.482
Associado	200	PRODUÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS	704.000	704.000	704.000	2.112.000
Associado	202	ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E À INOVAÇÃO	140.284	146.597	153.194	440.075
Associado	222	RESÍDUOS SÓLIDOS	13.000	13.750	14.500	41.250
Associado	245	REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS E ATIVIDADES AFINS	15.298.747	15.953.435	16.751.107	48.003.289
Associado	247	GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	709.236.000	745.532.000	784.662.000	2.239.430.000
Associado	248	TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	299.221.000	314.527.000	331.281.000	945.029.000
Associado	250	DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	972.674.000	1.278.409.000	1.577.135.000	3.828.218.000
Associado	252	NOVOS INVESTIMENTOS EM USINAS, SUBESTAÇÕES E LINHAS DE TRANSMISSÃO	36.861.000	38.748.000	40.760.000	116.369.000
Associado	253	APORTE DE CAPITAL - CEMIG	90.026.000	94.634.000	99.547.000	284.207.000
Associado	256	GESTÃO DE NEGÓCIOS	151.695.000	168.035.000	120.890.900	440.620.900
Associado	262	DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO, CAPACITAÇÃO E PESQUISA APLICADA EM ÁGUAS	300.000	700.000	1.000.000	2.000.000
Associado	264	APOIO FINANCEIRO A IMPLEMENTAÇÃO DE CONTRATOS DE PPP	242.626.243	253.544.424	264.953.925	761.124.592
Associado	268	EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DE RECURSOS HÍDRICOS	400.000	400.000	400.000	1.200.000
Associado	284	FOMENTO AO CRESCIMENTO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DE MINAS GERAIS	67.397.066	24.223.699	13.433.765	105.054.530
Associado	287	EXPANSÃO DO MERCADO DA GASMIG EM MINAS GERAIS	6.388.496	8.126.120	14.472.110	28.986.726
Associado	289	UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA NO CAMPO	1.010.000	1.111.000	1.111.000	3.232.000

Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável – Total

3.859.186.838

4.290.771.481

4.321.559.087

12.471.517.406

REDE DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Estruturador	28	SUSTENTABILIDADE E INFRAESTRUTURA NO CAMPO	20.575.000	49.176.226	53.483.849	123.235.075
Associado	112	VIABILIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA RURAL	3.875.258	200.000	200.000	4.275.258
Associado	119	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	21.143.587	21.180.644	27.620.000	69.944.231
Associado	144	PROMOÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA	336.738	426.738	426.738	1.190.214
Associado	161	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR	10.950.343	11.968.417	11.865.846	34.784.606
Associado	163	MINAS MAIS SEGURO	2.402.961	2.538.224	2.687.059	7.628.244
Associado	164	PROJETO JAÍBA	8.885.000	4.817.475	4.820.061	18.522.536
Associado	165	LEITE PELA VIDA	80.653.320	80.760.633	80.760.633	242.174.586
Associado	169	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO MINEIRO	18.083.295	19.650.583	18.549.229	56.283.107
Associado	177	MINAS SEM FOME	5.205.000	5.295.900	5.305.900	15.806.800
Associado	185	DEFESA SANITÁRIA	8.565.145	8.950.577	9.353.352	26.869.074
Associado	193	APOIO À CADEIA PRODUTIVA DO CAFÉ	40.000.000	30.000.000	30.000.000	100.000.000
Associado	208	CERTIFICA MINAS	780.000	780.000	780.000	2.340.000
Associado	210	GERAÇÃO DE CONHECIMENTO E DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA	8.345.913	8.763.210	9.201.368	26.310.491
Associado	217	SEGURANÇA DE ALIMENTOS	1.514.822	1.582.547	1.653.319	4.750.688
Associado	243	FUNDERUR - APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL	6.000	3.800		9.800
Associado	244	ENSINO TÉCNICO PARA O AGRONEGÓCIO	200.000	210.000	220.500	630.500
Associado	258	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	800.000	800.000	800.000	2.400.000

Rede de Desenvolvimento Rural – Total

232.322.382 247.104.974 257.727.854 737.155.210

REDE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROTEÇÃO

Estruturador	11	ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	129.368.923	142.351.578	143.556.439	415.276.940
Estruturador	25	CULTIVAR, NUTRIR E EDUCAR	218.804.000	227.635.000	231.273.395	677.712.395
Estruturador	36	TRAVESSIA	59.260.000	106.833.243	82.182.754	248.275.997
Estruturador	50	DESENVOLVIMENTO SOCIAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI E NORTE DE MINAS	124.859.158	91.678.372	91.678.372	308.215.902
Associado	151	GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS	1.779.344	1.453.675	1.874.587	5.107.606
Associado	154	AGENDA JOVEM	540.000	567.000	595.350	1.702.350
Associado	156	INCENTIVO A CADEIAS PRODUTIVAS REGIONAIS	3.912.000	1.338.604	1.389.382	6.639.986
Associado	162	DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS	9.763.275	10.133.021	10.513.372	30.409.668
Associado	180	OPERACIONALIZAÇÃO DE JOGOS	21.274.927	22.200.000	23.300.000	66.774.927
Associado	221	PLUGMINAS - CENTRO DE FORMAÇÃO E EXPERIMENTAÇÃO DIGITAL	14.057.592	13.775.043	14.341.750	42.174.385
Associado	231	INOVAÇÃO SOCIAL PARA A REDUÇÃO DA POBREZA NO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS.	20.000	20.000	20.000	60.000

Associado	266	GESTÃO DA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	7.085.000	4.080.000	7.080.000	18.245.000
Associado	267	PROGRAMA DE GERAÇÃO DE RENDA E INCLUSÃO PRODUTIVA	6.411.799	10.892.659	11.265.837	28.570.295
Associado	290	CONVIVÊNCIA COM A SECA	6.872.154	6.043.590	6.304.347	19.220.091
Associado	298	APOIO ÀS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	3.064.500	4.281.250	4.445.312	11.791.062
Associado	299	PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E DA EXTREMA POBREZA	10.000	10.000	10.000	30.000

Rede de Desenvolvimento Social e Proteção – Total

607.082.672 643.293.035 629.830.897 1.880.206.604

REDE DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Estruturador	3	MELHOR EMPREGO	145.493.103	161.735.293	176.704.089	483.932.485
Estruturador	15	EDUCAÇÃO PARA CRESCER	6.182.701.896	6.222.681.670	6.257.915.591	18.663.299.157
Estruturador	17	PRÓ-ESCOLA	575.800.126	595.401.585	616.164.406	1.787.366.117
Associado	102	ATENDIMENTO COMUNITÁRIO E PSICOPEDAGÓGICO NA FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF	72.560	64.050	67.100	203.710
Associado	107	REDE DE CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO DA CULTURA DA PAZ NAS ESCOLAS				
Associado	115	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF	5.083.465	4.211.758	4.445.007	13.740.230
Associado	143	FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MERCADO DE TRABALHO	862.577	901.394	941.956	2.705.927
Associado	153	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF	7.307.584	6.000.416	6.273.753	19.581.753
Associado	170	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO - CTPM	45.920.868	48.534.402	51.214.014	145.669.284
Associado	174	PROTAGONISMO JUVENIL	1.307.348	1.331.039	1.355.158	3.993.545
Associado	179	TRAVESSIA NOTA DEZ POR UM BRASIL ALFABETIZADO	20.000.000	20.000.000	20.000.000	60.000.000
Associado	232	ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA	3.800.000	4.218.000	4.681.980	12.699.980
Associado	233	COOPERAÇÃO ESTADO E MUNICÍPIO NA ÁREA EDUCACIONAL	236.500.000	262.414.997	291.391.639	790.306.636
Associado	240	ATENDIMENTO AO ENSINO PROFISSIONAL	16.502.674	18.317.969	20.332.947	55.153.590
Associado	271	MELHORIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	548.989.699	598.967.352	653.951.949	1.801.909.000
Associado	272	POLÍTICA DE PROMOÇÃO DE EMPREGO	21.670.780	54.079.636	54.079.636	129.830.052
Associado	291	ENSINO MÉDIO E FUNDAMENTAL - ESCOLA ESTADUAL ORDEM E PROGRESSO	10.000	12.500	14.500	37.000

Rede de Educação e Desenvolvimento Humano – Total

7.812.022.680 7.998.872.061 8.159.533.725 23.970.428.466

REDE DE GOVERNO INTEGRADO, EFICIENTE E EFICAZ

Estruturador	6	CIDADE ADMINISTRATIVA	242.822.551	233.567.445	180.111.350	656.501.346
Estruturador	13	DESCOMPLICAR - MINAS INOVA	88.772.073	86.419.002	81.495.590	256.686.665
Estruturador	27	MOBILIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MINEIRO	400.000	600.000		1.000.000
Estruturador	45	GOVERNO EFICIENTE	57.770.096	62.194.768	45.101.673	165.066.537
Associado	117	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL PARA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL - SEGUNDA ETAPA	45.733.917	75.364.817	30.513.856	151.612.590

Associado	120	PROGRAMA DE SAÚDE OCUPACIONAL E EXECUÇÃO PERICIAL	2.364.680	2.359.289	2.465.457	7.189.426
Associado	122	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E GESTÃO DOS SISTEMAS DE PESSOAL	18.140.000	18.200.000	18.300.000	54.640.000
Associado	128	ADMINISTRAÇÃO LOGÍSTICA, PATRIMONIAL E GESTÃO DO SISTEMA CORPORATIVO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS	15.829.998	16.927.286	18.148.679	50.905.963
Associado	142	PROGRAMA DOS DIREITOS DO CIDADÃO	1.735.650	2.424.848	2.546.091	6.706.589
Associado	147	GESTÃO FISCAL, CONTÁBIL E FINANCEIRA DO ESTADO.	56.324.586	58.859.147	61.507.764	176.691.497
Associado	155	INOVAÇÃO PARA A CIDADANIA	670.000	610.000	560.000	1.840.000
Associado	158	GOVERNANÇA ELETRÔNICA	7.977.493	8.774.442	9.651.086	26.403.021
Associado	171	PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ARTICULAÇÃO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS	2.136.283	912.675	972.232	4.021.190
Associado	175	QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO GASTO	240.000	40.000	40.000	320.000
Associado	178	FORTALECIMENTO E DIVULGAÇÃO DOS DIREITOS DOS CONSUMIDORES	834.396	890.720	920.291	2.645.407
Associado	188	SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	30.001.000	30.001.000	18.743.000	78.745.000
Associado	207	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL PARA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL	13.830.000			13.830.000
Associado	213	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO	1.000			1.000
Associado	215	GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE ARRECADAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E DE TRIBUTAÇÃO ESTADUAL	39.380.100	41.013.476	40.246.584	120.640.160
Associado	226	GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS	2.869.280	3.156.169	3.471.786	9.497.235
Associado	230	GESTÃO EMPRESARIAL				
Associado	255	AUDITORIA GOVERNAMENTAL E CORREIÇÃO ADMINISTRATIVA	1.043.700	1.785.376	1.865.719	4.694.795
Associado	260	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PESQUISA APLICADA	995.000	995.000	995.000	2.985.000
Associado	261	APRIMORAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA	5.237.420	5.446.220	5.446.220	16.129.860
Associado	263	MINAS ABERTA	434.945	1.159.319	1.211.490	2.805.754
Associado	270	APOIO NA REALIZAÇÃO DAS METAS PRIORITÁRIAS DO GOVERNO DE MINAS GERAIS	3.209.479	1.832.500	1.832.500	6.874.479
Associado	273	PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA TÉCNICO-CIENTÍFICA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	190.000	190.000	190.000	570.000
Associado	280	GESTÃO DA ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL	4.814.853	1.132.205	1.179.986	7.127.044
Associado	295	GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PÚBLICA	4.571.556	4.300.000	4.300.000	13.171.556

Rede de Governo Integrado, Eficiente e Eficaz – Total

648.330.056 659.155.704 531.816.354 1.839.302.114

REDE DE IDENTIDADE MINEIRA

Estruturador	8	AVANÇA MINAS OLÍMPICA	21.047.195	31.230.000	11.230.000	63.507.195
Estruturador	9	CIRCUITOS CULTURAIS DE MINAS GERAIS	90.917.075	89.869.985	28.127.640	208.914.700
Estruturador	42	DESTINO MINAS	8.970.000	41.600.000	45.400.000	95.970.000

Associado	103	APOIO FINANCEIRO AO TURISMO MINEIRO	178.500	175.000	123.100	476.600
Associado	114	ESTRUTURAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO MINEIRO	880.000	24.954.000	26.257.000	52.091.000
Associado	118	GESTÃO DA INFORMAÇÃO CULTURAL	488.018	489.842	502.140	1.480.000
Associado	121	FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA	959.672	807.639	812.048	2.579.359
Associado	123	DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA E AOS SEUS MECANISMOS DE PRODUÇÃO	11.622.913	13.680.290	13.743.997	39.047.200
Associado	124	PROMOÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL	20.663.174	21.682.205	22.448.237	64.793.616
Associado	125	MODERNIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA INFRAESTRUTURA CULTURAL.	37.213.852	24.807.672	25.025.637	87.047.161
Associado	131	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	1.358.000	2.238.480	2.290.019	5.886.499
Associado	148	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO NORDESTE - FASE DOIS - PRODETUR/NE-II	3.000	2.000	2.000	7.000
Associado	149	INCENTIVO AO ESPORTE	17.129.000	10.185.681	10.327.596	37.642.277
Associado	181	GERENCIAMENTO DE ESTÁDIOS E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS, RELIGIOSOS E SOCIO-CULTURAIS	1.896.088	1.994.265	2.093.979	5.984.332
Associado	212	MINAS OLÍMPICA	10.518.000	11.420.000	14.110.000	36.048.000
Associado	225	CULTURA, MEMÓRIA E CIDADANIA	1.500.000			1.500.000

Rede de Identidade Mineira – Total

225.344.487 275.137.059 202.493.393 702.974.939

REDE DE INFRAESTRUTURA

Estruturador	35	MINAS LOGÍSTICA	1.357.598.343	2.449.865.129	1.458.935.785	5.266.399.257
Associado	116	ESTRADAS VICINAIS DE MINAS	4.203.659	2.750.682	2.750.682	9.705.023
Associado	132	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA MUNICIPAL	45.975.000	13.000	13.000	46.001.000
Associado	145	CAMINHOS DA ROÇA	1.000	1.000	1.000	3.000
Associado	166	BARRAGENS DE MINAS	35.811.218	8.985.472	8.985.472	53.782.162
Associado	186	MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES	124.380.449	91.000	91.000	124.562.449
Associado	209	AUMENTO DA CAPACIDADE E SEGURANÇA DOS CORREDORES DE TRANSPORTE	86.620.343	91.846.841	97.357.653	275.824.837
Associado	216	EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA	50.000	8.828.929	8.828.929	17.707.858
Associado	224	APOIO A INFRAESTRUTURA, CONSTRUÇÃO E DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA MUNICIPAL	40.000.000	40.000.000		80.000.000
Associado	292	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA GOVERNAMENTAL	556.000	574.800	602.940	1.733.740
Associado	293	PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO DE SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS	2.101.000	11.000	11.000	2.123.000

Rede de Infraestrutura – Total

1.697.297.012 2.602.967.853 1.577.577.461 5.877.842.326

PROGRAMAS ESPECIAIS

Especial	701	APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	12.835.042.993	13.915.904.030	14.103.437.782	40.854.384.805
----------	-----	-------------------------------	----------------	----------------	----------------	----------------

Especial	702	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	33.737.748.403	35.976.190.602	38.415.197.289	108.129.136.294
Especial	703	PROCESSO JUDICIÁRIO	575.289.803	602.210.883	628.330.653	1.805.831.339
Especial	704	EDIÇÃO, IMPRESSÃO, COMERCIALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO JORNAL MINAS GERAIS E DOS SERVIÇOS GRÁFICOS	34.434.545	35.984.100	37.603.385	108.022.030
Especial	705	ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMPLEMENTAR AO SEGURADO	864.000	882.308	900.200	2.646.508
Especial	707	AMPLIAÇÃO DA EFICIÊNCIA NA GESTÃO PROCESSUAL	1.775.430	1.821.955	871.273	4.468.658
Especial	709	COMUNICAÇÃO SOCIAL	41.901.392	43.996.462	46.196.285	132.094.139
Especial	710	ASSESSORAMENTO SUPERIOR	1.030.000	1.077.000	1.142.700	3.249.700
Especial	711	REPRESENTAÇÃO JURÍDICA DO ESTADO	9.647.158	10.225.987	10.839.547	30.712.692
Especial	712	ADMINISTRAÇÃO DE PALÁCIOS	1.500.000	1.590.000	1.685.400	4.775.400
Especial	714	AQUISIÇÃO, CONSTRUÇÃO, REPAROS DE BENS IMÓVEIS	11.152.000	11.197.000	11.252.000	33.601.000
Especial	715	ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SEGURADOS E DOS SEUS DEPENDENTES	447.555.136	465.716.020	486.043.590	1.399.314.746
Especial	720	PLANO DE ATENÇÃO A SAÚDE	450.950.243	426.380.070	426.380.070	1.303.710.383
Especial	721	CAPITALIZAÇÃO DO BDMG	2.921.000	1.050.000	600.000	4.571.000
Especial	723	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	568.900.547	656.699.411	678.329.429	1.903.929.387
Especial	724	ASSISTÊNCIA AO BOMBEIRO MILITAR	559.657	415.357	447.270	1.422.284
Especial	725	SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO-OPERACIONAL	10.501.000	5.000.000	5.000.000	20.501.000
Especial	726	ACESSO À JUSTIÇA	9.804.072	10.920.063	11.697.145	32.421.280
Especial	729	PROCESSO LEGISLATIVO	367.459.930	385.832.927	405.124.573	1.158.417.430
Especial	730	APOIO E ASSESSORAMENTO ESTRATÉGICO AO GOVERNADOR	417.024	442.045	468.568	1.327.637
Especial	731	REPRESENTAÇÃO E DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO DE MINAS GERAIS NOS ESCRITÓRIOS REGIONAIS	487.592	517.222	543.083	1.547.897
Especial	732	SERVIÇOS PRÓPRIOS DE ATENÇÃO A SAÚDE DOS BENEFICIÁRIOS	120.659.434	120.659.434	120.659.434	361.978.302
Especial	734	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR	6.350.500	6.920.000	7.633.000	20.903.500
Especial	736	PROGRAMA DE APOIO HABITACIONAL AOS MILITARES	25.129.200	26.386.000	27.700.000	79.215.200
Especial	737	MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL	1.000.000	1.500.000	2.000.000	4.500.000
Especial	738	PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	5.016.000	9.000.000	9.500.000	23.516.000
Especial	741	AÇÕES DE DEFESA CIVIL NOS MUNICÍPIOS MINEIROS	1.540.000	1.609.300	1.681.719	4.831.019
Especial	743	SERVIÇO ESPECIAL DE SEGURANÇA	5.754.194	6.013.133	6.283.724	18.051.051
Especial	746	CONTROLE EXTERNO DOS RECURSOS PÚBLICOS	350.875.084	365.000.000	375.000.000	1.090.875.084
Especial	749	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	921.789.186	835.187.096	916.246.637	2.673.222.919
Especial	751	PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	941.797.123	1.201.656.650	1.561.129.370	3.704.583.143
Especial	760	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO	3.442.967	2.000.000	2.500.000	7.942.967

Especial	763	APORTE DE CAPITAL- CODEMIG				
Especial	764	ASSISTÊNCIA COMPLEMENTAR	25.300.000	27.000.000	29.000.000	81.300.000
Especial	765	APOIO HABITACIONAL	6.000.000	6.000.000	6.000.000	18.000.000
Especial	766	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	4.014.568	3.276.075	3.423.498	10.714.141
Especial	767	RESERVA DE BENEFÍCIOS	52.488.437	46.693.730	48.692.433	147.874.600
Especial	768	APORTE DE CAPITAL - MGI	2.000	2.000	2.000	6.000
Especial	772	PROMOÇÃO DOS DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS	3.000.000	200.000	8.000.000	11.200.000
Especial	778	PROGRAMA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA AO PECÚLIO DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS	49.801.168	57.711.735	63.482.918	170.995.821
Especial	999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	566.906.085	476.926.647	520.314.911	1.564.147.643
Programas Especiais – Total			52.200.807.871	55.747.795.242	58.981.339.886	166.929.942.999
TOTAL			76.189.337.815	82.448.468.451	84.447.615.298	243.085.421.564
Total – Estruturadores	E		16493119503	18578567496	16866584421	51938271420
Total Associados	A		7.495.410.441	8.122.105.713	8.599.690.991	24.217.207.145
Total Especiais	Esp		52.200.807.871	55.747.795.242	58.981.339.886	166.929.942.999
TOTAL			76.189.337.815	82.448.468.451	84.447.615.298	243.085.421.564

Obs: O valor relativo ao total por ano e para o período acumulado de 2013-2015 corresponde à soma dos orçamentos fiscal e de investimento para cada exercício, incluídas as despesas intra-orçamentárias.

**ATAS****ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 18/10/2012****Presidência do Deputado Alencar da Silveira Jr.**

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Anselmo José Domingos - Arlen Santiago - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Duarte Bechir - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Glaycon Franco - João Leite - João Vítor Xavier - Leonardo Moreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Alencar da Silveira Jr.) - Às 14h13min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 7/5/2012

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide autorizar, a título de antecipação, repasse de valor ao Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais – Iplemg – para a composição da reserva técnica para benefícios a conceder, com base no Parecer Técnico elaborado pela empresa TFG Consultoria e Assessoria Atuarial, e conforme disposto no art. 52 da Lei nº 13.163/99. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Digicomp Engenharia Ltda., tendo como objeto a implantação da Sala Segura do Data Center da ALMG, conforme Projeto Básico – parecer favorável à alteração de objeto, com aumento de 3,16% (três vírgula dezesseis por cento) do valor do contrato, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado Lafayette Andrada, referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 14 de maio e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 14 de maio de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique, 1º-Vice-Presidente - Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente - Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente - Dilzon Melo, 1º-Secretário - Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário - Jayro Lessa, 3º-Secretário.

ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 14/5/2012

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa dispõe sobre condição para o posicionamento na carreira decorrente do exercício de função auxiliar à atividade de segurança e policiamento interno ou vigilância a que se refere o art. 13-D da Deliberação da Mesa nº 2.342/2008. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo: ao Deputado Dilzon Melo, processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Nascimento Pedrosa Associados, Consultoria em Engenharia Sociedade Simples Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de consultoria em patologia das construções no Edifício Tiradentes – parecer favorável à correção da redação do contrato original, considerando manifestações da Diretoria de Infraestrutura, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Construtora Mattos Baracho Ltda., tendo como objeto a reforma do Edifício Carlos Drummond de Andrade – parecer favorável à prorrogação, com inclusão e exclusão de serviços, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Câmara



Municipal de Lagoa Santa, tendo como objeto a cooperação técnica em programas e projetos em defesa dos consumidores, com especial destaque para o Programa “Educação para o Consumo”, já desenvolvido pela ALMG – parecer favorável à prorrogação, considerando manifestações do Procon, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Multipães Indústria e Comércio Ltda., tendo como objeto o fornecimento de lanches a prestadores de serviços terceirizados, servidores da gráfica e xerox da contratante – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 04/12, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processos contendo requerimentos de natureza administrativa referentes a assistência médica dos Deputados Sávio Souza Cruz e Anselmo Domingos – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Oficina do Expresso Ltda., tendo como objeto a aquisição de máquina de café expresso, incluindo manutenção e fornecimento mensal de café em grão – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 08/2012, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Relações Públicas e Cerimonial, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; ao Deputado José Henrique, processo contendo requerimento de natureza administrativa referente a assistência médica do Deputado Dilzon Melo – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Isso posto, o Presidente, com base no Parecer nº 2.520/91, da Procuradoria-Geral da Casa, autoriza a reclassificação dos candidatos aprovados no concurso para o cargo de Analista Legislativo, na especialidade Consultor em Direito – Área I – Direito Constitucional e Administrativo, realizado nos termos do Edital nº 1/2007, tendo em vista o reposicionamento da classificada em 17º lugar, que apresentou pedido de desistência da classificação original e colocação no último lugar na lista de classificação. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos de nomeação para cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, em virtude de aprovação em concurso público: Danielle de Carvalho Gomes de Ferreira, Analista Legislativo, especialidade Analista de Recursos Humanos, 5º lugar; Marina Lima de Carvalho, Analista Legislativo, especialidade Consultor em Direito, Área I – Direito Constitucional e Administrativo, 19º lugar; Maria de Lourdes Tonucci Cerqueira Oliveira, Analista Legislativo, especialidade Consultor em Direito, Área I – Direito Constitucional e Administrativo, 20º lugar; Celina de Souza Teixeira, Analista Legislativo, especialidade Consultor Legislativo, Área VI – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Desporto e Lazer, 4º lugar; Cesar Augusto Torres, Analista Legislativo, especialidade Engenheiro Civil, 3º lugar; Carolina Schwarz Borgo, Analista Legislativo, especialidade Jornalista, Área I – Assessor de Imprensa, 15º lugar; Arlan Araújo Franca, Analista Legislativo, especialidade Jornalista, Área I – Assessor de Imprensa, 16º lugar; Ana Carolina Utsch Terra, Analista Legislativo, especialidade Jornalista, Área I – Assessor de Imprensa, 17º lugar; Fernando Fonseca do Carmo, Técnico de Apoio Legislativo, especialidade Policial Legislativo Masculino, 39º lugar; Clayton Valverde Rocha, Técnico de Apoio Legislativo, especialidade Policial Legislativo Masculino, 40º lugar; Frederico Alves Pinho, Técnico de Apoio Legislativo, especialidade Policial Legislativo Masculino, 42º lugar; Lucimar Arruda Ferreira, Técnico de Apoio Legislativo, especialidade Policial Legislativo Feminino, 11º lugar; Luciene Ferreira Barreto, Técnico de Apoio Legislativo, especialidade Técnico de Apoio Legislativo, 235º lugar; Claudia Vasconcelos de Oliveira, Técnico de Apoio Legislativo, especialidade Técnico de Apoio Legislativo, 237º lugar, em razão da desistência do candidato classificado em 236º lugar; Ludmila Pereira Horn, Técnico de Apoio Legislativo, especialidade Técnico de Apoio Legislativo, 238º lugar; Lucia Teresa Lara Oliveira, Técnico de Apoio Legislativo, especialidade Técnico de Apoio Legislativo, 21º lugar na lista de deficientes e 2.247º lugar na lista geral; Marcelo Zuppo Alves Miranda, Analista Legislativo, especialidade Consultor do Processo Legislativo, 18º lugar. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 21 de maio e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 21 de maio de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique, 1º-Vice-Presidente - Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente - Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente - Dilzon Melo, 1º-Secretário - Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário - Jayro Lessa, 3º-Secretário.

ATA DA 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 21/5/2012

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Expomus - Exposições, Museus, Projetos Culturais Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços especializados de concepção, produção e montagem da exposição de longa duração do Memorial da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – parecer favorável à contratação, com inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, II, da Lei nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Planejamento e Controle, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e Maria Cecília dos Santos, tendo como objeto a prestação de serviços de lavagem, passagem e esterilização de roupas e lavagem de móveis pertencentes à Assembleia – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimentos de natureza administrativa referente a assistência médica dos Deputados Alencar da Silveira Júnior, Leonardo Moreira e Zé Maia – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no



“Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 14/5/12, a servidora Arriete Corrêa Araújo, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Assistente Social; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 18/4/12, a servidora Valéria Ferreira de Paula, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Consultor; aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 2/5/12, a servidora Delza Lúcia da Silva Marques, ocupante do cargo de Oficial de Execução das Atividades da Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 28 de maio e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 28 de maio de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique, 1º-Vice-Presidente - Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente - Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente - Dilzon Melo, 1º-Secretário - Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário - Jayro Lessa, 3º-Secretário.

ATA DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 28/5/2012

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de abril de 2012, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referente ao mês de abril de 2012, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos Deputados referentes à aplicação, até 30/4/12, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446/2009; 4ª) dispõe sobre inclusão no sistema de controle de despesas indenizatórias de documentos fiscais comprobatórios de despesas realizadas em razão de atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar do Deputado Neilando Pimenta. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal de Contagem, tendo como objeto a cessão de tempo da programação da TV Assembleia – parecer favorável à alteração dos horários de exibição, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A., tendo como objeto o seguro aeronáutico para a aeronave Xingu prefixo PP-EMN – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 23/2012, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Belo Horizonte – Transfácil, tendo como objeto a cessão do uso dos cartões BHBUS de vales-transporte eletrônicos feitos por telefone e carregados através de mecanismo de carga a bordo – parecer favorável à contratação, feita com inexigibilidade de licitação por exclusividade na prestação do serviço, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Infraestrutura, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado Dinis Pinheiro, referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina o seguinte ato: aposentando, por invalidez, a partir de 11/4/2012, com proventos integrais, o servidor Genésio Bernardino de Souza Filho, ocupante do cargo de Oficial de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 4 de junho e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 4 de junho de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique, 1º-Vice-Presidente - Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente - Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente - Dilzon Melo, 1º-Secretário - Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário - Jayro Lessa, 3º-Secretário.

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 2/5/2012

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide dispor sobre a supervisão de estagiários da área parlamentar. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo: ao Deputado Dilzon Melo, processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Armando Clima Ltda., tendo como objeto a aquisição, com instalação, de dezenove condicionadores de ar tipo split – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 016/2012, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Madepal



Madeiras e Acabamentos Ltda., tendo como objeto o fornecimento e instalação de piso em madeira e rodapé – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 09/2012, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Resma Comércio de Papéis Ltda., tendo como objeto a aquisição de resmas de papel A4 – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 011/2012, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Algar Aviation Táxi Aéreo S.A., tendo como objeto o monitoramento do motor da aeronave Xingu pelo programa More – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato de concessão de uso a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Itaú Unibanco S.A., tendo como objeto a concessão de uso remunerada das lojas nº 6, 7 e 8 e área anexa à loja nº 6 do Edifício Tiradentes – parecer favorável, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; ao Deputado José Henrique, processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado Dilzon Melo, referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina o seguinte ato: aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 11/4/2012, o servidor Luiz Valadares de Abreu, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Analista de Sistemas, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 7 de maio e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 7 de maio de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique, 1º-Vice-Presidente - Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente - Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente - Dilzon Melo, 1º-Secretário - Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário Jayro Lessa, 3º-Secretário.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/8/2012

Às 15h15min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Antônio Carlos Arantes, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater questões relativas à cultura do feijão no Estado, visando estimular a produção de sementes, a comercialização e o consumo do produto, e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo” nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. João Pinto Rabelo, Secretário Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, e Breno Henrique Avelar de Pinho Simões, Secretário Adjunto de Saúde (20/7/2012); e do Gen.-Div. Mauro Cesar Lourena Cid, Chefe do Gabinete do Comandante do Exército (28/7/2012). O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.702/2011, no 2º turno, para cuja relatoria designou o Deputado Fabiano Tolentino. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Érika Letícia Maciel Martins, Analista Técnica da Regional Noroeste do Sebrae-MG, representando o Sr. Lázaro Luiz Gonzaga, Presidente do Conselho Deliberativo dessa entidade e Presidente da Fecomércio; Renata Gondim Costa, Assessora Técnica do Iter, representando o Sr. Márcio Eli Almeida Leandro, Diretor-Geral desse órgão; Angela de Fátima Barbosa Abreu, Pesquisadora da Embrapa Arroz e Feijão - Centro Nacional de Pesquisa de Arroz e Feijão, representando o Sr. Pedro Luiz Oliveira de Almeida Machado, Pesquisador; e os Srs. Lindomar Antônio Lopes, Secretário Executivo do Conselho Estadual de Política Agrícola, representando o Sr. Elmiro Alves do Nascimento, Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Luiz Fernando Siqueira Pinto, Auditor Fiscal e Assessor da Secretaria de Fazenda, representando o Sr. Leonardo Maurício Colombini Lima, titular dessa Pasta; José Eustáquio de Souza Carneiro, Professor do Departamento de Fitotecnia da Universidade Federal de Viçosa, representando a Sra. Nilda de Fátima Ferreira Soares, Reitora dessa instituição; Victor Martins Maia, Diretor do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas da Unimontes, representando o Sr. João dos Reis Canela, Reitor dessa Universidade; Antônio Lima Bandeira, Presidente da Epamig; Renato Coutinho de Siqueira, Fiscal Agropecuário e Engenheiro Agrônomo do IMA, representando o Sr. Altino Rodrigues Neto, Diretor-Geral desse órgão; Magno Antonio Patto Ramalho, Professor Titular da Universidade Federal de Lavras; e Trazilbo José de Paula Júnior, Pesquisador da Epamig, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência, como autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Neste momento, encontram-se presentes, também, os Deputados Rogério Correia e João Leite (substituindo o Deputado Fabiano Tolentino, por indicação da Liderança do BTR). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Antônio Carlos Arantes e Adalclever Lopes em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para realizar o monitoramento da Rede de Desenvolvimento Rural e do Programa Cultivar, Nutrir e Educar, do PPAG 2012-2015, no exercício de 2012. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Fabiano Tolentino - Liza Prado.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/8/2012

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara (substituindo o Deputado André Quintão, por indicação da Liderança do PT) e os Deputados Duarte Bechir e Rômulo Viegas (substituindo o Deputado Bosco, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Viegas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados André Quintão e Zé Maia em que solicitam seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para abertura do monitoramento do PPAG 2012-2015 no exercício de 2012. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2012.

André Quintão, Presidente - João Leite - Rômulo Viegas.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DAS ENCHENTES, EM 2/10/2012

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira (substituindo o Deputado Doutor Wilson Batista, por indicação da Liderança do BTR) e os Deputados Gustavo Corrêa e João Leite (substituindo o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, a Deputada Liza Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Luzia Ferreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão, momento em que o Presidente passa a direção dos trabalhos à Deputada Luzia Ferreira para a apreciação de proposição de sua autoria. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Gustavo Corrêa e da Deputada Liza Prado em que solicitam sejam prorrogados os trabalhos da Comissão por 30 dias para que se possa avançar no conhecimento do problema e na proposição de recomendações para sua minimização. Ato contínuo, o Deputado Gustavo Corrêa retoma a direção dos trabalhos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2012.

Arlen Santiago, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Liza Prado - Duarte Bechir.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/10/2012

Às 16h10min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Elismar Prado e Gustavo Valadares (substituindo o Deputado Carlos Mosconi, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, publicada no "Diário do Legislativo" de 21/9/2012. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.338/2012, em turno único, cuja relatoria avocou a si. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.338/2012, que recebeu parecer por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.635, 3.636, 3.647 e 3.659/2012. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.089 e 3.174/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. É aprovado relatório da visita realizada em 14/12/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2012.

Elismar Prado, Presidente - Luzia Ferreira - Carlos Mosconi - Rômulo Veneroso.



RELATÓRIO DE VISITA		Data: 14/12//2011	
		Início: 11 horas	Término: 12h40min
Comissão: Cultura			
Local: Cidade Administrativa			
Tema: Situação dos feirantes que ocupam o Mineirinho			
Finalidade: Discutir a situação dos feirantes da Feira de Artesanato do Mineirinho, tendo em vista a reforma dessa arena para a Copa do Mundo de 2014.			
Origem: Requerimento do Deputado Rogério Correia			
Deputados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais presentes: Elismar Prado e Gustavo Valadares			
Participantes	Órgão ou entidade		
Sérgio Barroso	Secretaria de Estado Extraordinária da Copa do Mundo		
Éder Sá Alves Campos	Secretaria de Estado Extraordinária da Copa do Mundo		
Vinícius Lott	Secretaria de Estado Extraordinária da Copa do Mundo		
Juliana Alvim	Secretaria de Estado Extraordinária da Copa do Mundo		
Virgílio Araújo Filho	Publimig		
Antônia Lúcia	Asfemaa		
Elaine da Conceição	Associação dos Expositores da Feira do Mineirinho		
Ludmila Carneiro	Publimig		
Ricardo Raso	Administração de Estádios de Minas Gerais – Ademg		
Heleno Oliveira	Vereador - Câmara Municipal de Belo Horizonte		
Osmando Pereira	PBH - Secretaria de Administração Regional Municipal da Pampulha		
<p>Sinopse: a reunião teve por objetivo debater com a Secopa possíveis soluções para a situação dos feirantes que utilizam o espaço do Mineirinho para a realização de feira de artesanato às quintas-feiras e aos domingos. Em virtude da realização da Copa do Mundo de 2014, o Mineirinho será reformado e, com isso, os feirantes não poderão utilizar o espaço. Inicialmente foi proposta a disponibilização, pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, de espaço público para a realização da feira, hipótese rechaçada pelo fato de ser necessária, para isso, a realização de licitação, cuja participação não poderia se restringir aos feirantes que hoje ocupam o Mineirinho. Em outras palavras, a Prefeitura criaria uma nova feira, que, dependendo do resultado da licitação, poderia não ter nenhuma relação com a atual feira do Mineirinho. A importância da feira foi ressaltada por todos os participantes; no entanto, nenhuma proposta concreta foi apresentada. O certo é que os feirantes deverão deixar o Mineirinho ao final de fevereiro de 2012, não havendo a possibilidade, em médio prazo, de retorno da feira para o local. Foi proposta nova reunião da Comissão de Cultura para debater o tema. Sua realização está prevista para fevereiro de 2012.</p>			
Encaminhamentos: Realização, em fevereiro de 2012, de reunião da Comissão de Cultura para tratar novamente do tema			
Anexos:			

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2012.

Elismar Prado, Presidente - Luzia Ferreira - Gustavo Valadares.



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA O ENFRENTAMENTO DO CRACK, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 23/10/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 22/10/2012, destinada a homenagear o Colégio São Paulo da Cruz, do Barreiro, pelos 50 anos de sua fundação.

Palácio da Inconfidência, 19 de outubro de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Liza Prado e os Deputados Vanderlei Miranda, Célio Moreira e Doutor Wilson Batista, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/10/2012, às 9 horas, no Cine Teatro Virginia, em Curvelo, com a presença de convidados, para discutir o avanço do consumo do "crack" na região e as ações do poder público e da iniciativa privada com vistas ao enfrentamento desse problema e para discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 2012.

Paulo Lamac, Presidente.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 18/10/2012, a seguinte comunicação:

Do Deputado Inácio Franco, em que notifica sua ausência do País no período de 18 a 31/10/2012, para participar da Feira Triestexpresso, na Itália. (- Ciente. Oficie-se.)



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de congratulações com o Governador do Estado e com o Secretário de Defesa Social pela assunção da Cadeia Pública de Campo Belo, através da Subsecretaria de Administração Prisional, elevando essa unidade à categoria de presídio (Requerimento nº 3.655/2012, do Deputado Duarte Bechir);

de aplauso aos policiais militares lotados no Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas pelo trabalho realizado na operação que culminou na prisão do suspeito de ser o mandante da chacina ocorrida no Bairro São Geraldo, supostamente motivada por disputa de pontos de venda de drogas na região Leste de Belo Horizonte (Requerimento nº 3.706/2012, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso, pelo trabalho realizado, aos policiais militares lotados no 18º e no 39º Batalhão de Polícia Militar e no Grupamento Ostensivo de Trânsito da 1ª Companhia de Missões Especiais que atuaram na operação de identificação de um foragido da justiça que portava arma de fogo em via pública e oferecia perigo a toda a população do Bairro Fonte Grande, no Município de Contagem (Requerimento nº 3.707/2012, da Comissão de Segurança Pública);



de aplauso aos policiais civis lotados na 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil que atuaram na prisão de um dos maiores traficantes da região de Governador Valadares e na apreensão de 226kg de maconha em sítio localizado nesse Município, pelo trabalho realizado (Requerimento nº 3.709/2012, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais militares lotados na 1ª Companhia de Rondas Táticas Metropolitanas que atuaram na operação que identificou um foragido da justiça no Bairro São Tomaz, em Belo Horizonte, pelo trabalho realizado (Requerimento nº 3.710/2012, da Comissão de Segurança Pública).

de aplauso ao 1º-Ten. PM Ricardo Mari de Novais pelos 13 anos de serviços prestados ao 22º Batalhão de Polícia Militar (Requerimento nº 3.711/2012, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso, pelo trabalho realizado, aos policiais civis lotados na 4ª Delegacia de Contagem, na 3ª Delegacia Regional de Ribeirão das Neves, na 3ª Delegacia de Betim e na 2ª Delegacia Regional de Betim que atuaram na operação denominada Sepulcro, que culminou na prisão, em Ribeirão das Neves, de 27 membros de uma quadrilha comandada por um detento da Penitenciária Nelson Hungria e suspeita de envolvimento com tráfico de drogas e homicídios em vários bairros de Belo Horizonte (Requerimento nº 3.712/2012, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso, pelo trabalho realizado, aos policiais militares lotados na 19ª Companhia Independente de Polícia Militar e no 7º Batalhão de Polícia Militar que participaram da operação, em Pará de Minas, que culminou na prisão de um dos traficantes mais procurados da região Centro-Oeste do Estado, suspeito de cometer diversos homicídios na região e chefe do tráfico de drogas em Nova Serrana (Requerimento nº 3.713/2012, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos servidores lotados na unidade prisional de Três Pontas pelo trabalho de integração de detentos ao processo produtivo e socioeducativo (Requerimento nº 3.715/2012, da Comissão de Segurança Pública).



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

68ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 16/10/2012

A Deputada Rosângela Reis*- Quero saudar os Deputados e as Deputadas presentes, a imprensa local e todos os mineiros e mineiras, especialmente os munícipes do nosso Vale do Aço. Depois de um processo eleitoral conturbado, confuso e difícil, venho mais uma vez a esta tribuna para parabenizar aqueles que, corajosamente, apresentaram seus nomes na disputa eleitoral nos Municípios, como candidatos a Prefeito e Vereador, expondo seus projetos para as cidades.

Quero manifestar também o meu reconhecimento pelo processo eleitoral ocorrido, em que a população, democraticamente, foi às urnas fazer a escolha do seu candidato ou da sua candidata, intentando fazer o melhor e escolher, pelas urnas, o que melhor represente a população nos próximos quatro anos.

Também fui candidata a Prefeita no Município de Ipatinga, apresentando aos eleitores os nossos ideais de mudança e transformação, na certeza de que tínhamos feito uma parceria certa que poderia levar o desenvolvimento e o crescimento à cidade de Ipatinga.

Infelizmente, não obtivemos o resultado esperado nas urnas: foi cerca de 30 mil votos. Sou grata a todos os que acreditaram nesse projeto que apresentamos à população e levamos às urnas. Vejo que todo o Vale do Aço manifestou indignação nas urnas, manifestou que o processo apresentado hoje na região, para crescimento do Estado, não está a contento para nosso povo. Houve um verdadeiro arrastão nas urnas. Assim, considero que houve também perda por parte do governo e de várias pessoas que se candidataram. Vejo isso de maneira tranquila, responsável. Procurei fazer a minha parte, mas carregamos um ônus que não era nosso; carregamos o ônus do fracasso de um governo que estava lá como Prefeito da cidade, no Município, e que ajudei a eleger em 2010. Isso porque houve uma instabilidade política em 2008, ocasião em que também fui candidata a Prefeita, e, no processo, apoiei o governo de 2010, que veio a ser um governo fracassado, um governo inoperante.

Quero deixar claro, desta tribuna, que não participei do governo que estava e que está atualmente no Município de Ipatinga. Defendemos um projeto que achávamos ser um projeto de mudança. Esse governo deixou as ruas sujas, a saúde degradada, as creches paralisadas e respondeu pelo desligamento das câmaras do Olho Vivo. Portanto, fui prejudicada porque a Oposição pregou que eu seria a continuidade desse fracasso do governo, o que não é verdade.

Ainda sobre o quadro político atual, quero afirmar que compartilho do sentimento popular classificando como histórico o julgamento do “mensalão”. As condenações imputadas pelo STF têm sido feitas com o rigor da lei e com o respeito à vontade do povo, sempre no intuito de acabar com a impunidade. Porém, ressalto que esse episódio do “mensalão” também demonstra que o modelo atual do sistema político brasileiro é o da ficha suja. Digo isso porque o sistema tende a concentrar poder político e financeiro em proporções incompatíveis com a democracia, e isso precisa mudar.

Passando agora à segunda parte do meu pronunciamento, registro ainda que ontem, dia 15 de outubro, foi comemorado o Dia do Professor. A criação do Dia do Professor deu-se em virtude de D. Pedro I, no ano de 1827, ter decretado, no dia 15 de outubro, que toda vila, cidade ou lugarejo do Brasil criasse as primeiras escolas primárias do País. Elas foram chamadas de Escolas de Primeiras Letras, por meio do Decreto Federal nº 52.682.

A ideia de fazer desse dia um feriado surgiu em São Paulo, com o Prof. Salomão Becker. Ele propôs uma reunião com toda a equipe da escola onde trabalhava para serem discutidos os problemas da profissão, o planejamento das aulas e para promover uma troca de experiências. Essa reunião foi um sucesso, e por esse motivo outras escolas passaram a adotar a data. Anos depois, o dia 15 de outubro passou a ser feriado nacional destinado a comemorar o Dia do Professor.



Obviamente desejo aqui parabenizar todos os profissionais da educação pelo Dia do Professor. Registro ainda que me incluo nessa categoria, pois comecei minha vida pública como professora. Os profissionais da educação são todos abnegados. Eles vivem com o orgulho de saber que contribuíram decisivamente para mudar a vida das pessoas. Afinal, a educação é um patrimônio individual fundamental, que não pode ser tomado do ser humano. Além disso, é o único meio comprovadamente eficaz de transformar a vida das pessoas e construir um futuro melhor para as nações. Por isso meu objetivo principal é parabenizar todos os profissionais da educação, que buscam a melhoria da qualidade de vida das pessoas e que buscam investir no conhecimento das nossas crianças e dos nossos jovens.

Felizmente e graças aos esforços conjuntos do governo federal e dos governos estaduais e municipais, vencemos a barreira do acesso ao ensino. Ter acesso aos bancos escolares já não é nosso maior problema nos dias atuais, seja por meio das escolas públicas ou particulares ou mesmo dos programas de bolsas de estudo e de financiamento estudantil. Existem alternativas. O foco principal de alerta agora é garantir a qualidade do aprendizado.

Nesse aspecto, avançamos na criação de instrumentos para mensurar o aprendizado dos alunos. Esses mesmos instrumentos demonstram que ainda há muito a ser feito para aprimorar a qualidade do ensino e a efetiva aprendizagem, garantindo nível de excelência para a educação brasileira. Dados internacionais comprovam essa afirmação. Por exemplo, a Unesco, um braço da ONU, divulga anualmente o índice de desenvolvimento da educação, medindo o desempenho de 128 países. Nesse “ranking”, o Brasil aparece na posição nº 88, resultado que nos coloca muito longe de países vizinhos. A saber, a Argentina está em 38º lugar; logo em seguida aparece o Uruguai; e, mais atrás, na posição 51, está o Chile.

Para chegar a esse resultado, a Unesco usou quatro indicadores. Naqueles que avaliam o atendimento universal, a taxa de analfabetismo e a igualdade de acesso à escola entre meninos e meninas, o Brasil até aparece em melhor posição do que no índice geral; porém a chamada taxa de sobrevivência derruba o Brasil no “ranking”. Ela se refere aos alunos que ingressam no 1º ano e chegam ao 5º ano dentro do prazo previsto. A conclusão confirmada por todos os testes de avaliação é que o ensino brasileiro está longe de garantir a efetiva aprendizagem para todos os estudantes.

Já quanto aos índices brasileiros utilizados para mensurar o resultado do processo de educação, o mais conhecido é o Exame Nacional do Ensino Médio - Enem. Além de produzir um panorama sobre o estágio atual dos alunos, o Enem é utilizado para ingresso nas faculdades.

Para verificar o nível de aprendizado do aluno no ensino superior, há o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade -, que apresenta três objetivos básicos. O primeiro é avaliar o desempenho referente aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Em seguida, mensurar o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional e, finalmente, verificar o nível de atualização dos estudantes em relação à realidade brasileira e mundial. Completa o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes -, além do Enade, a avaliação das instituições de ensino superior e a dos cursos de graduação - aliás, as duas últimas realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.

O fato é que há os instrumentos, e os resultados são conhecidos, comprovando que, para além da abnegação, da dedicação e dos nossos professores, existe a necessidade de políticas públicas mais eficientes e, daqui em diante, focadas na obsessão por melhorar a qualidade da educação brasileira.

Tudo isso é de fundamental importância para que o nosso país concorra em condições favoráveis no mundo globalizado, como também garanta o acesso aos empregos qualificados e às iniciativas empreendedoras que alcancem o sucesso das pessoas, gerando mais trabalho e renda para os brasileiros.

Sr. Presidente, é de fundamental importância a situação da fiscalização desses diversos sistemas que hoje existem para medir o grau de ensino. Além disso, dizer que é de responsabilidade dos governos fazer essa fiscalização e medir o nível de aprendizado dos alunos. Logo, os professores não estão sozinhos com essa responsabilidade. Aliás, os professores têm a responsabilidade de aplicar o Plano de Desenvolvimento da Educação e o conhecimento, assim como avaliar. Muito obrigada. Um abraço!

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Pompílio Canavez - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, público que nos assiste pela TV Assembleia e nos ouve pela Rádio Assembleia, na retomada dos trabalhos após as eleições, esta é a primeira vez em que utilizo a tribuna. Quero dividir essa fala em dois momentos. Primeiro quero falar sobre o que aconteceu nas eleições municipais, especialmente na minha querida Alfenas, e sobre quais são as análises que começamos a fazer também na nossa região do Sul de Minas; e, em segundo lugar, quero falar sobre os comitês de bacia. Aliás, Sr. Presidente, está ocorrendo o XXXIV Fórum Mineiro dos Comitês de Bacia - participei dele ontem. Estou muito preocupado com esse assunto.

No entanto, quero falar, primeiramente, sobre as eleições municipais, que nos trouxeram surpresas e deixaram muitas pessoas procurando entender o que aconteceu. Deixei o governo da minha querida cidade de Alfenas, onde o candidato que apoiei, o atual Prefeito Luizinho, era o meu vice, para me candidatar ao cargo de Deputado. O Luizinho fez um belo governo, que foi muito bem avaliado. Nas pesquisas de intenção de voto, tinha sempre uma vantagem considerável, mas o resultado das urnas foi diferente. A democracia é surpreendente. Não quero desqualificar nem desmerecer a vitória dos nossos adversários, mas gostaria de fazer algumas considerações. A campanha em Alfenas, isso também pode ter acontecido em diversas outras cidades do nosso Estado e do nosso país, caracterizou-se pela absoluta falta de debate político, de debate de ideias, sem apresentação de soluções por parte de nossos adversários. Houve uma desconstrução de imagens, falta de escrúpulos, o que deixou todos atônitos e nos colocou na seguinte encruzilhada: faríamos também uma campanha sem escrúpulos, de baixo nível, sem apresentação de propostas, sem análise dos problemas urbanos, sociais e nivelaríamos a campanha também por baixo? A nossa resposta foi não. Preferimos manter um debate civilizado, que procurou apontar as dificuldades regionais, da cidade, da nossa administração de maneira geral e os caminhos para o futuro. O governo do Prefeito Luizinho caracterizou-se sempre por uma preocupação muito grande com o social, a defesa das crianças e das mulheres. Não é à toa que o Prefeito Luizinho recebeu um prêmio da ONU, este ano, por ter conseguido reduzir a mortalidade



infantil e de gestantes, em Alfenas, ao nível europeu, e recebeu das mãos da Presidenta Dilma o prêmio dos Objetivos do Milênio. Então foi um governo com preocupação social, preocupação com os mais pobres, os mais carentes e com a qualidade de vida. Conseguimos resolver os problemas de saneamento construindo o aterro sanitário da cidade, a estação de tratamento de esgoto - quase 100% do nosso esgoto está sendo tratado -, as obras de drenagem; enfim, fizemos um governo avançado, do ponto de vista social e ambiental. Porém, não resistiu à saraivada de baixarias e maledicências.

Claro que quero desejar que os nossos adversários, os vencedores, consigam realizar um bom governo, mas gostaria de deixar uma reflexão para os alfenenses e todos os eleitores que nos acompanham. Vale a pena ganhar de qualquer jeito, vale a pena vencer de qualquer maneira, vale a pena romper todas as barreiras da ética, mentir descaradamente, acusar e destruir reputações? Parafrazeando Fernando Pessoa, “tudo vale a pena quando a alma não é pequena”. Desejo boa sorte aos vencedores. Como Deputado, continuarei trabalhando firme para a nossa região, sobretudo pela nossa querida Alfenas. Gostaria de agradecer os votos que obtivemos e dizer que, aliás, já virou lugar-comum, a luta continua, a vida continua.

Sr. Presidente, gostaria também de falar do evento que está ocorrendo na bela Monte Verde, Distrito de Camanducaia, no extremo sul do nosso Estado, quase fronteira com o Estado de São Paulo, onde está acontecendo a XXXIV Reunião do Fórum Mineiro dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

Como convidado e palestrante, participei de um debate e falei sobre o Fhidro, fundo ambiental de nosso Estado, a situação dos comitês de bacia e a nossa legislação. Fiquei estarecido com o estado de espírito dos conselheiros dos comitês de bacia de nosso Estado. Aliás, nosso Estado é o que tem mais comitês de bacias. São 36 comitês, cujos conselheiros são voluntários e estão muito desanimados, sem incentivos para continuar a luta, porque o Estado não tem dado o apoio necessário. Por exemplo, o Fhidro não tem repassado os recursos para manutenção e custeio dos comitês de bacia. Sou do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande; fui Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno do Lago de Furnas e um dos seus fundadores e sinto que é incrível como ainda há conselheiros abnegados, que lutam pela defesa de nossos rios, nossas bacias, nossas nascentes e nossas águas com um grande distanciamento do governo do Estado.

Ontem uma representante do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam - esteve presente no debate e foi inquirida sobre o papel do Instituto. Ela mesma reconheceu que o Igam, neste governo, não tem mais nenhum papel relevante na condução da defesa das nossas águas. Para completar, contamos também com a presença do Comitê PCJ - Piracicaba, Capivari e Jundiá -, que é do Estado de São Paulo e é um dos mais avançados do País. Pudemos comparar como os governos do Estado de São Paulo e de nosso Estado vêm agindo com relação aos comitês de bacia. Ficou evidente o nosso desamparo. Lá há cobrança pelo uso de água tanto pelo Estado de São Paulo quanto pelo governo federal. E 10% dos recursos da cobrança pelo uso da água são repassados ao comitê, que faz uma defesa das águas e um trabalho intenso de saneamento, despoluição, reflorestamento e educação ambiental. Em Minas, estamos desamparados. Tanto é, Sr. Presidente, que em dezembro vence o Fhidro, que mal chegou a funcionar. Para todos nós, é um desafio elaborar um projeto de lei que recupere o Fundo e fazer com que ele realmente sirva para ajudar os comitês e os conselheiros que querem trabalhar em defesa do meio ambiente.

Para se ter uma ideia da fragilidade dos nossos comitês, dos 36, pouco mais da metade consegue ter algum funcionamento. A maioria não tem uma sede, um telefone; sequer consegue funcionar. Sabemos que, com o aquecimento global, uma das principais consequências é a diminuição dos recursos hídricos, a perda da sua qualidade. No Hemisfério Sul, o nosso país será um dos mais atingidos. Para se ter uma ideia da gravidade do problema, a água do Estado de Minas Gerais - de Camanducaia, Extrema e toda a região - chega a ter uma demanda de 34m³/s por segundo para a cidade de São Paulo e para a região de Americana, Atibaia e Piracicaba. Mas a oferta de água é apenas de 38m³/s. Ou seja, há uma demanda de 34m³/s e uma oferta de 38m³/s. E lá eles conseguem recursos e uma gestão equilibrada da bacia. Aqui, com fatura de recursos hídricos, ainda há muitas cidades sem tratamento de água e esgoto e sem avançar. Então, uma das conclusões a que cheguei e um dos compromissos que assumi ontem com os 36 comitês de bacia do Estado foi propor, Sr. Presidente, nesta Casa, um requerimento ao Governador do Estado perguntando se há interesse em que o Fhidro funcione; se o governo do Estado quer que os comitês continuem tendo esperança para haver recuperação dos nossos recursos hídricos, ou não; se o Igam continuará com seu papel esvaziado, ou não. Além do mais, teremos uma reunião com o Governador Anastasia e diretorias dos comitês de bacia para ouvir do próprio Governador se há, por parte do governo do Estado, interesse real em investir seriamente na preservação e na defesa das nossas águas.

Para traduzir para telespectadores e ouvintes o que nós, dos comitês de bacia, queremos é que em cada trecho dos nossos rios, em qualquer lugar do Estado seja possível nadar e pescar. Não estou dizendo haver água absolutamente límpida e transparente, mas pelo menos que as crianças possam pescar e nadar. Esse é o desafio que temos, e não é o que está acontecendo.

Então, Sr. Presidente, assumi o compromisso de realizar, com o auxílio da Casa, das Comissões de Meio Ambiente e de Assuntos Municipais, uma audiência pública para realizar esse debate. Assumi também o compromisso de fazer este pronunciamento hoje para todos os lutadores, ambientalistas e pessoas que querem defender as nossas águas e ter um meio ambiente equilibrado; todos os que querem e defendem que em cada trecho de rio, córrego e água de Minas Gerais seja possível nadar ou pescar, seja possível ter qualidade das águas. Realizaremos uma audiência pública com a presença não só dos conselheiros dos comitês de bacia, mas também de quem ama a natureza e quer vê-la equilibrada.

Quero crer que o Governador Anastasia e o Secretário de Meio Ambiente, Dr. Adriano, vão compreender a nossa angústia e melhorar a gestão ambiental no nosso Estado. Do jeito que está não pode ficar; do jeito que está, é desanimador; e a cada dia mais pessoas vão desanimando de doar o seu tempo, doar a sua vida, doar o que têm de melhor para defender nossas águas, defender o meio ambiente, sobretudo os comitês de bacia. Eram essas as minhas considerações.

Mais uma vez, quero dirigir-me ao povo da minha cidade de Alfenas, parabenizá-lo e desejar que o próximo governo consiga dar continuidade aos avanços sociais que conseguimos. Quero parabenizar também o Helvécio, eleito em São João del-Rei, e todos os que venceram as eleições. Desejo a todos um ótimo governo e que consigam fazer a democracia prosperar em nosso Estado.



A Deputada Liza Prado* - Boa tarde. Quero nesta tarde dizer primeiramente que estou muito contente com o resultado das eleições em Minas Gerais. Parablenizo todos as Vereadoras e Vereadores eleitos. Em Uberlândia, o Prefeito eleito foi Gilmar Machado, do PT, e cumprimento-o juntamente com todos os partidos que o apoiaram, inclusive o PSB. Houve um avanço, pois antes tínhamos uma Vereadora e agora são quatro, a quem cumprimento, assim como todos os Vereadores eleitos. Cumprimento o Deputado Carlin Moura, que, com o Deputado Durval Ângelo, está disputando a Prefeitura de Contagem no segundo turno. Que Deus lhe dê muita força neste momento! Cumprimento todos os Deputados, entre eles o Deputado Antônio Lerin, que está disputando a Prefeitura de Uberaba no segundo turno, e o Deputado Antônio Júlio e outros colegas eleitos.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Ilustre Deputada Liza Prado, agradeço os cumprimentos de V. Exa. por esta primeira fase da nossa caminhada, pelo primeiro turno. Nossa caminhada foi pautada por discussões sobre a cidade de Contagem. Essa campanha com foco em Contagem foi bastante propositiva. Como a campanha ainda não terminou, Deputada, evitarei fazer comentários, até por respeito à legislação eleitoral. Pedi este aparte para cumprimentar V. Exa. e, especialmente, seu filho, eleito Vereador por Contagem, o jovem Paulo Prado. Ele fez uma campanha muito bonita, com muita presença em nossos bairros e vilas. O Paulo Prado, que é nascido no Hospital Santa Helena, na cidade de Contagem, tem identidade muito profunda com as nossas comunidades, com a juventude. Foi eleito Vereador com uma votação muito expressiva pelo PCdoB, que fez bancada de três Vereadores: o Beto Diniz, o Jair Tropical e o seu filho, o Paulo Prado, comprometido com as lutas populares.

Também cumprimento os demais Vereadores eleitos e reeleitos em Contagem. Cumprimento também os que eventualmente não obtiveram a vaga de Vereador, mas fizeram uma campanha muito altaneira, bonita e esforçada. Às vezes, não se ganha a eleição, não se consegue o mandato, mas obtém-se a vitória na caminhada porque todos ganham em campanhas feitas de coração e com respeito ao eleitor. A democracia ganha, o Poder Legislativo ganha e especialmente a cidade ganha. Contagem está muito feliz porque fez escolhas muito acertadas de Vereadores e Vereadoras.

Parabenizo V. Exa., Deputada Liza Prado, pelo esforço e pela participação com o nosso Vereador Paulo Prado. No dia 28 teremos nova eleição. Temos convicção de que o povo de Contagem, por sua consciência política e por sua participação, saberá sempre valorizar o que há de mais positivo, o que existe de mais altaneiro na política contagense. Deus nos abençoe! Felicidades ao Vereador Paulo Prado.

A Deputada Liza Prado* - Deputado Carlin Moura, eu lhe agradeço. O Paulo Prado trabalhará, com certeza, ao seu lado, conseguiremos abrir todas as Funecs. Não se fecha escola.

Quero conversar com V. Exa., Deputado Rômulo Viegas. Antes, aproveito para cumprimentar - o que me esqueci de fazer - os dois Vereadores de Uberlândia pelo PSB, o Rodi e o Zezinho Mendonça. Estou muito contente pela eleição desses dois Vereadores. Cumprimento também o PT. O Vereador que teve apoio dos Deputados Elismar Prado e Weliton Prado foi o mais votado da história. Aliás, a mais votada da história sou eu, que obtive 12.046 votos em Uberlândia. O Ismar Prado obteve mais de 10 mil votos, pelo que o cumprimento. Tenho a certeza de que todos vamos agradecer com muito trabalho.

Quero conversar com meu amigo Deputado Rômulo Viegas para falar sobre as dificuldades de nossos Municípios acerca dos prejuízos que constantemente têm sofrido. Em Lagoa Formosa, em Presidente Olegário, os produtores rurais estão sofrendo com a queda constante de energia. É um sofrimento em razão de aparelhos queimados. A Cemig tem de tomar providências quanto à péssima qualidade dos serviços. Os problemas precisam ser resolvidos porque os produtores rurais estão sofrendo em Presidente Olegário. A qualidade de leite está comprometida, os equipamentos estão queimados. Percebemos que a pequena indústria e a indústria em geral têm feito reclamações. Precisamos resolver esse problema para ajudar os produtores e nosso povo. Além de pagarmos por uma das energias mais caras do País, ainda todos os produtores do Noroeste do Estado e da região do Alto Paranaíba veem crescer os seus prejuízos a cada dia.

Recentemente foi feita uma matéria pela Rede Globo sobre vários produtores, como o agricultor Reginaldo Menezes, que montou uma fábrica de rações na zona rural de Presidente Olegário, no Noroeste de Minas. Ele está com dificuldades para fabricar o produto que atende a criadores da região por causa das constantes quedas de energia. A TV tem sido aliada dos pequenos produtores, Deputado Rômulo Viegas. O criador José Martins Regis, de Lagoa Formosa, no Alto Paranaíba, onde as vacas produzem cerca de 2 mil litros de leite por dia, também enfrenta problemas.

A constante falta de energia está comprometendo a qualidade do produto. Outro problema que os produtores de leite do Alto do Paranaíba estão percebendo, em face da constante queda de energia elétrica, é a saúde dos animais estar sendo afetada. Não podemos permitir isso. Sou membro da Comissão de Agricultura, e vamos fazer uma audiência pública para discutir e perceber que esses consumidores, que são também produtores, sofrem com a energia. Como se não bastasse o problema da energia, há o problema dos recursos, pois os Municípios também têm dificuldades e precisam ficar com o pires na mão para consegui-los.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Muito obrigado, Deputada Liza Prado. Acho que seu pronunciamento vai muito ao encontro da preocupação da Assembleia de Minas. Essas eleições deram um exemplo de democracia. Tivemos vencedores e derrotados, mas acredito que todos os participantes do pleito tinham uma única intenção: participar cada vez mais do processo político do nosso Estado, do Brasil e das nossas cidades.

A minha preocupação tem o intuito de, mais uma vez, alertar este Parlamento mineiro sobre a grave situação das Prefeituras brasileiras, com exceção, é claro, das Capitais, de algumas metrópoles e de outras cidades que dispõem de recursos extras, por exemplo, os "royalties" do petróleo e coisas do gênero. Mas o Fundo de Participação dos Municípios - FPM -, cuja base financeira se dá através da Cide, da intervenção sobre o domínio econômico, do IPI e do Imposto de Renda, com as soluções apresentadas até o presente momento pelo governo federal caiu assustadoramente. A maioria absoluta das Prefeituras brasileiras está em plena dificuldade de fechar as contas, há graves problemas no que diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF -, pois algumas Prefeituras não terão como pagar o 13º salário, não terão condições de cumprir o seu orçamento dentro do que foi estabelecido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. Isso faz com que a gente reflita sobre a importância de rever esse pacto federativo. O nosso governo do PSDB esteve oito anos no governo e não mexeu nesses índices de distribuição dos recursos. O governo que aí está, do PT,



que está há 12 anos à frente do governo, até a presente data também não teve coragem de mexer nisso. Nós, que somos municipalistas, entendemos a importância de valorizar o Município, tanto por parte da Federação quanto dos Estados. Os Estados também têm de rever a distribuição do ICMS, pois é no Município que se encontram os problemas da saúde, da educação, da segurança e da infraestrutura.

Portanto, Deputada, seu pronunciamento nos remete à necessidade de um debate mais profundo sobre a revisão da distribuição desses recursos. Some-se a isso sua preocupação com a energia que está faltando no campo para atender os agricultores.

Preocupam-me também os apagões que acontecem no Brasil, o que ninguém imaginava que iria acontecer. Isso já aconteceu muito na era FHC e agora está acontecendo na era Dilma. Então, acho que nós, parlamentares, temos, sim, como V. Exa. lembrou, de promover audiências públicas, chamar as pessoas responsáveis nessas duas ações políticas, porque são ações políticas importantes para o bem-estar da população, dos agricultores, do homem do campo, assim como dos Prefeitos e das Prefeitas que vão assumir agora a administração das nossas cidades.

Meu conterrâneo Deputado Doutor Wilson estava há poucos momentos comentando comigo sobre a necessidade de se fazerem projetos na área de saúde. Ele está pelejando há algum tempo para fazer um trabalho melhor no que diz respeito ao câncer de mama. O governo federal já avançou nisso, e o Estado também precisa avançar.

Parabéns por esse pronunciamento e por sua postura na Casa, que cada vez mais enriquece os nossos trabalhos. Muito obrigado pelo aparte.

A Deputada Liza Prado* - Eu é que agradeço. Como eu já havia dito, Deputado Doutor Wilson Batista, essa questão da saúde, do câncer tem causado sofrimento para a nossa população. As pessoas esperam para poder começar a fazer quimioterapia. Aliás, ontem, conversando com um amigo nosso, o Rubão, em Uberlândia, ele falou do sofrimento em que ele está, da dificuldade, do calvário que ele tem enfrentado para que a mãe dele faça quimioterapia. A pessoa precisa de agilidade para curar o câncer, precisa de todo o equipamento necessário, mas os planos de saúde não respeitam, e aí são todos: o Ipsemg, os planos particulares, o SUS. Creio que precisamos, Deputado Doutor Wilson, com muita energia, trabalhar para termos mais recursos nesta Casa. Eu, juntamente com vários Deputados, estamos colhendo assinaturas para que possamos melhorar essa situação, não é, Deputada Rosângela?

Parabéns, Deputada Rosângela Reis, pelo trabalho. V. Exa. foi candidata a Prefeita e brilhou; fez um trabalho maravilhoso. Que Deus sempre lhe dê voz e força para defender o seu povo.

Doutor Wilson, estamos com uma campanha para melhorar e aumentar os recursos para os Municípios. O Deputado Rômulo se referiu às dificuldades dos Municípios. Sabemos que é no Município que o povo enfrenta mais dificuldade na área da saúde. É preciso que as pessoas tenham qualidade de vida. Para a pessoa com câncer, que já enfrenta tantas dificuldades, há uma demora para receber tratamento, além de não ter conseguido fazer o exame preventivo.

Neste mês de outubro, há uma campanha - estamos chamando-a de Outubro Rosa - para que as mulheres possam ter o câncer detectado precocemente, já que dessa forma conseguimos salvar vidas. Infelizmente as mulheres enfrentam dificuldades com esse direito. Há propagandas todo o tempo chamando as mulheres para o tratamento, mas elas não conseguem realizar o exame. É uma grande dificuldade. Acredito que os novos Prefeitos, as novas Vereadoras e os novos Vereadores renovarão as energias. Não é assim, Deputado Antônio Carlos Arantes, Presidente da Comissão de Agropecuária? Sabemos que as eleições, a festa democrática pela qual o Brasil passou, renovam as energias. Agora estamos no segundo turno. Isso é importante para verdadeiramente defendermos o nosso povo.

Quero cumprimentar o meu Presidente da Comissão de Agropecuária. Sou Vice-Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e membro da Comissão de Agropecuária, na qual o projeto do Deputado Antônio Carlos Arantes foi votado hoje, com relatoria do Deputado Fabiano Tolentino. A legislação do queijo artesanal de Minas legaliza vários produtores de queijo, ajudando nas vendas tanto internas, no Estado, quanto fora dele. O projeto legaliza não apenas os produtores de queijo artesanal, mas também o cabacinho e vários outros, incluindo o de búfala, cuja maior produção está concentrada na região do Triângulo mineiro.

Portanto creio que fizemos um trabalho bonito, e é importante que, por meio da Comissão, continuemos ajudando as pessoas. É isso que o Parlamento tem de fazer, seja na área da saúde, seja em outra área. Assim como o Deputado Elismar Prado, Presidente da Comissão de Cultura, tem feito constantemente, como também o Deputado Weliton Prado, na defesa do consumidor, agora vejo o Deputado Doutor Wilson se especializando na área da saúde. Tenho a certeza de que é isso: Deputados e Deputadas fazendo a diferença, mostrando que é necessário trabalhar todos os dias.

O Deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - Parabéns, Deputada Liza Prado. Tenho poucos minutos, por isso quero apenas acrescentar a importância da prevenção do câncer. Sabemos que existem mamógrafos suficientes, tanto em nosso Estado quanto no País, para atender à população, só que eles estão mal distribuídos. Há mamógrafos inoperantes, e a população não tem acesso a eles. Estudos mostram que, apesar dos investimentos em mamógrafos, 50% das mulheres brasileiras não têm acesso a esse tão importante exame: a mamografia.

Sendo assim, apresentamos um projeto que cria a unidade móvel da prevenção. Essa unidade contará com um mamógrafo e uma equipe especializada, que irá aos Municípios estratégicos onde está a população mais carente e onde acesso ao exame não é para todos. Então essa unidade móvel percorrerá regiões mais pobres do Estado, fazendo com que os pacientes alcancem esse importante exame. Mas não basta apenas a prevenção, é preciso investir na saúde como um todo. Após o exame, o diagnóstico inicial, é preciso que o paciente tenha acesso mais rápido e de maior qualidade ao tratamento da radioterapia, da quimioterapia, assim como a outros cuidados necessários. Assim, o primeiro passo está dado: a unidade móvel da prevenção, que certamente alcançará um grande resultado. Hoje 70% dos cânceres são tratados em fase já avançada, quando apenas 10% dos doentes sobrevivem por cinco anos. O câncer da mama é o que tem maior incidência e grande índice de mortalidade. A mamografia é um exame de qualidade, que faz a diferença no tratamento do câncer. Muito obrigado pela oportunidade.

A Deputada Liza Prado* - Eu que agradeço, Doutor Wilson. Sou parceira nessa luta com V. Exa. Agradeço-lhe o trabalho realizado na Comissão de Saúde, o qual tanto tem abrilhantado esta Casa.



Aproveito o momento para cumprimentar o Deputado Luiz Humberto Carneiro, que participou das eleições em Uberlândia. Parabéns, Deputado, pelo trabalho. Participar de uma eleição não é fácil.

Tenho a certeza de que eu, juntamente com V. Exa., os Deputados Elismar Prado e Tenente Lúcio lutaremos aqui para que Uberlândia continue recebendo recursos do Estado e que realmente essa cidade possa crescer com qualidade de vida.

Deputado Luiz Humberto Carneiro, eu... gostaria de falar mais um pouco sobre a Cemig. Pedirei, então, ajuda ao Deputado Luiz Humberto Carneiro.

Na verdade, a Cemig teve um ato vergonhoso em Uberlândia no assentamento do Câmpus do Glória. Aliás, acionaremos a Comissão de Direitos Humanos, pois prepararam uma verdadeira armadilha para os trabalhadores, dizendo que eles fizeram um “gato”, mas a própria Cemig instruiu esses trabalhadores do Câmpus do Glória, em Uberlândia. Por causa disso, prenderam esses trabalhadores. Portanto, peço apoio aos meus colegas Deputados para que possamos discutir melhor aqui não só a qualidade dessa energia, mas também ajudar aquele povo trabalhador sofrido. No Câmpus do Glória, aliás, houve a participação do Prof. Élisson Pietro, que recentemente faleceu. Um moço tão jovem, com 33 anos, amigo nosso, que infelizmente perdeu sua vida, mas terminou seus dias ajudando aquele povo sofrido.

Acredito que o Câmpus do Glória se transformará em um bairro, embora o povo tenha sofrido muito pela falta de energia. Na verdade, essas pessoas pobres e sofridas têm direito à energia, mesmo que seja o mínimo, para que possam ter qualidade de vida e segurança.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, o assunto que nos traz a esta tribuna causa grande preocupação não só neste Deputado, mas também em todos os 77 Deputados que ocupam esta Casa, em cada canto do Estado e em cada região que atuam nas cidades onde residem. Obviamente esse assunto também preocupa o governo do Estado, os Prefeitos e os Vereadores. Em relação à questão da “insegurança pública”, Deputado Antônio Carlos Arantes, não poderia ser diferente com a nossa população. O que estamos vivendo vem preocupando todos nós. Em qualquer região que visitamos do Estado, ouvimos cobranças e vários pedidos de empenho por parte dos parlamentares, referentes à falta de segurança pública, de forma que minimize suas consequências, que são graves.

Sr. Presidente, não poderia deixar de vir a esta tribuna para tratar de dois assuntos que realmente comoveram Minas Gerais e todo o Brasil. Em primeiro lugar, o acidente de trânsito que ocorreu no dia 19 de setembro com o jovem Fábio Pimentel Frahia, que perdeu a vida em um trágico acidente. Infelizmente, o outro motorista, de forma irresponsável, imprudente e negligente, acabou tirando a vida desse jovem. A mãe desse jovem, a Sra. Ana Cristina Franco Pimentel, proferiu uma frase que nos tocou profundamente e preocupou muito a todos nós, que somos pais. Ela proferiu a seguinte frase na matéria publicada pelo jornal “Estado de Minas”, em 19 de setembro: “Não consigo rezar. Meu coração parece que não existe mais”.

Essa frase é da D. Ana Cristina Franco Pimentel, que, juntamente com outras famílias, fez uma grande manifestação ontem em Belo Horizonte.

Faço aqui a leitura de dois parágrafos do texto do articulista, que certamente comoveu muito a todos nesta Casa. (- Lê:)

“Os olhos grandes e verdes estão vermelhos e mergulhados na dor. As lágrimas chegam de repente, interrompem as palavras e trazem à tona todas as lembranças de uma vida. Desde a madrugada de sábado, quando soube do acidente que matou seu filho, Fábio Pimentel Frahia, de 20 anos, no trevo do Belvedere, na região Centro-Sul de Belo Horizonte, a “designer” Ana Cristina Franco Pimentel tem certeza absoluta de que seu mundo se esfacelou. “Não consigo rezar, meu coração parece que não existe mais. Não sinto nada, a impressão é que estou anestesiada”, conta Ana Cristina, que, na tarde de ontem, foi a uma gráfica cuidar do santinho a ser distribuído na missa de sétimo dia. “Tem horas que vem um aperto no coração, é a dor de sempre”, revela a mãe, enquanto vê, na tela do computador, uma das últimas imagens do jovem de sorriso feliz.”

É a violência campeã no nosso Estado, que se manifesta não só por meio de um trágico e violento acidente de trânsito, em que a irresponsabilidade de um motorista fez uma vítima da fatalidade.

Deputado Inácio Franco, a matéria foi publicada no dia 19 de setembro. No dia 9 de outubro, Deputado Rômulo Viegas, exatamente 20 dias depois, deparamo-nos com outra manchete do mesmo jornal que dizia o seguinte: “Mãe da atriz Cecília Bizzotto, assassinada por assaltantes, usa um palavrão para exprimir a revolta e a indignação pela perda brutal da filha, morta aos 32 anos de idade”. O articulista traz a seguinte matéria: “Dizem que os filhos é que devem enterrar os pais. Estou muito infeliz, pois agora enterro minha filha. Não sei como é a dor que sentirei, mas só sei que estou muito 'puta' com tudo isso. As câmeras da mídia estão todas aqui, e espero que seja uma forma de protesto”. Foi assim, com um palavrão carregado de revolta e indignação, que a analista ambiental Cláudia Bizzoto manifestou todo o seu sofrimento pelo assassinato da filha, a atriz e artista plástica Cecília Bizzoto Pinto, de 32 anos, a Ciça, morta por assaltantes na madrugada de domingo, no Bairro Santa Lúcia, na região Centro-Sul de Belo Horizonte”.

São duas situações, Deputado Rômulo Viegas, que nos cobram uma atitude, um empenho maior, uma resposta. A cobrança é de toda a Casa, de todo o Parlamento, mas especialmente nós, Deputados que compusemos a Comissão de Segurança Pública desta Casa, temos uma cobrança maior sobre nossas ações. Até aprovamos, na semana passada, três requerimentos, de autoria deste Deputado, do Deputado João Leite, que preside a Comissão, e da Deputada Maria Tereza Lara, Vice-Presidente, que tratam de uma visita à família dessas vítimas. Visitaremos as vítimas desses dois episódios e também as do coordenador de campanha da nossa ex-colega Deputada Gláucia Brandão, que foi morto em Ribeirão das Neves - tudo nos leva a crer, pela nossa humilde experiência na área policial, que foi um crime de mando, de “pistolagem”, porque ele era coordenador de uma campanha. Portanto, tudo indica que foi um homicídio duplo e triplamente qualificado, que requer repúdio por parte desta Casa. Como disse, aprovamos os requerimentos para visitar as vítimas das famílias.

É preciso fazermos aqui uma inversão. Não podemos mais, Deputado Inácio Franco, aceitar passivamente que as famílias, as pessoas que cumprem a lei, que respeitam as regras sociais - na maioria das vezes, não escritas, positivadas -, que respeitam o ser humano, o outro, que trabalham muitas vezes são cidadãos humildes, que carregam marmita debaixo do braço, que sofrem

trabalhando em uma atividade simples, mas muito importante, dando o seu suor, que pais de família sejam mortos friamente e sem resposta do Estado.

Deputado Rômulo, reproduziu a cobrança que fiz e continuarei fazendo. A Polícia Civil do Estado de Minas Gerais vive uma falta de efetivo das piores na sua história. É preciso a compreensão do conjunto dos 77 Deputados desta Casa, sem coloração partidária, até porque não me apego à discussão do embate ideológico. Acho isso uma perda de tempo, pois o cidadão quer muito mais do nosso trabalho do que esse embate: quer propostas factíveis, propositivas, que possam efetivamente ser colocadas em prática. Assim, deixo o debate ideológico-partidário de lado.

É dever de todos nós fazer essa cobrança. A Polícia Civil precisa urgentemente recompor seus quadros, com Delegados, Peritos, Escrivães e Investigadores.

Nesses dois crimes e tantos outros que estão acontecendo, Deputados Rômulo e Doutor Wilson Batista, se não existe o Delegado para presidir o inquérito, o Escrivão para auxiliá-lo, o investigador para coletar essas provas, fazer as diligências, o Perito para acelerar a perícia requisitada pelo Delegado, o médico-legista, o inquérito não anda. Se ele não anda, não é concluído, Deputado Doutor Wilson Batista. Se isso não acontece, o inquérito não chega às mãos do Promotor para a oferta da denúncia. Se não há oferta da denúncia, não há processo nem condenação. Se não há processo e condenação, há a impunidade. Isso é fato.

É preciso, então, que todos os Deputados desta Casa tenham clareza dessa sequência de atos administrativos que a falta do policial - do Delegado, do Escrivão, do Investigador, do Perito - causa à segurança pública de forma geral. Além do mais, a Polícia Militar efetua centenas, milhares de prisões todos os dias, e o desaguar desse trabalho se dá dentro da delegacia da Polícia Civil. Se não há, Deputado Inácio Franco, um efetivo para fazer frente a esse volume de trabalho, não se consegue diligenciar, concluir inquérito. Com isso, as ocorrências vão se empilhando nas delegacias, e os inquéritos vão ficando parados. Deputado Rômulo, muitas vezes o Delegado está diante de homicidas, de bandidos, de criminosos que estão nessa vida há muito tempo e estão contando com a impunidade.

Então, é preciso que esta Casa, que os ilustres Deputados venham a cerrar fileira com este Deputado para fazermos um apelo ao Governador Anastasia. Há, aliás, um concurso em andamento. O Governador pode aproveitá-lo para chamar os excedentes. Deputado Doutor Wilson Batista, um concurso público leva pelo menos um ano, desde o momento da autorização do Governador, para ser publicado o edital, para as provas serem realizadas, para serem feitos todos os exames exigidos. Então, leva-se, no mínimo, um ano para se iniciar o curso na academia de polícia. Temos, então, de fazer um apelo a todo o conjunto desta Casa para que o Governador chame os excedentes do último concurso da Polícia Civil para completar os quadros da instituição e esta tenha uma capacidade mínima de reforços.

Temos, Deputado Rômulo Viegas, comarcas que contam com Promotores e Juizes, mas não contam com Delegado de Polícia. Posso citar inúmeras comarcas nessa situação. Os requerimentos que aportam na Comissão de Segurança Pública vêm de todas as regiões do Estado, de todos os Deputados. Lá se apresentam requerimentos solicitando o empenho do Governador, do Secretário de Defesa Social, do Dr. Sílton Brandão, Chefe da Polícia Civil.

Estive com o Governador pessoalmente, numa agenda no Palácio das Mangabeiras, e fiz-lhe esse apelo, mas é preciso que todos nós o façamos. É o momento em que o Governador precisa olhar para o seu Orçamento, avaliar outras situações e priorizar essa contratação de policiais civis. Caso contrário, ficamos com toda essa estrutura capenga, faltando um dente na engrenagem. A própria integração das forças policiais, que é algo que reputo como da maior importância para a segurança pública do nosso Estado, acaba, com isso, ficando comprometida.

A integração tem desdobramentos extremamente positivos para a segurança pública em nosso Estado. Portanto, faço um apelo a todos os Deputados desta Casa: vamos envidar esforços e, juntos, pedir ao Governador Anastasia que chame os excedentes do último concurso da Polícia Civil, até porque os beneficiários não serão os convocados, mas a população, que será mais bem assistida.

Por outro lado, quero fazer uma crítica ferrenha ao Congresso Nacional - aos Deputados Federais e aos Senadores - e à Presidência da República, porque nossas leis estão cada vez mais frouxas e protecionistas em relação ao bandido, ao criminoso. Bandido bom é bandido preso, cumprindo sua pena. Não sou a favor de que o criminoso condenado sofra qualquer tipo de agressão no cumprimento da sua pena, mas o inverso não pode ocorrer, com presos se beneficiando da frouxidão da lei e dezenas de pessoas passando a mão em sua cabeça. Hoje há gente que quer discutir a pena de um preso já pensando na ressocialização, antes mesmo que ele cumpra um dia de pena. Punição, penitência ou pena implica pagar o que se deve à sociedade, mas, infelizmente, temos muita gente defendendo e passando a mão na cabeça de bandidos perigosos, os mesmos que fazem rebelião, põem fogo em colchões e matam cidadãos honrados, trabalhadores, policiais, Promotores e Juizes, desafiando o poder público. Essas pessoas têm de cumprir suas penas no rigor da lei.

É isso o que defendemos, mas, infelizmente, a Presidência da República e o Congresso parecem estar em plena letargia; estão dormindo e não acompanham a dor e o clamor da sociedade. Portanto, Sr. Presidente, faço, em forma de desabafo, essa crítica ao Governo Federal e ao Congresso. Parece que os Deputados Federais estão dormindo no Congresso e não enxergam a dor do cidadão, a dor da população. Deixo registrado este protesto, Presidente.

O Deputado Glaycon Franco - Sr. Presidente, amigos Deputados, servidores desta Casa, distinto público que nos assiste pela TV Assembleia, eu gostaria de tratar de dois assuntos - a Via do Minério e a saúde pública no Brasil, que caminha a passos largos para a insolvência -, mas, em função do pouco tempo, vou abordar o primeiro assunto, deixando para falar em outra oportunidade sobre a saúde pública, que se encontra em estado lastimável.

Como membro da comissão e coordenador da Frente Parlamentar da BR-040, gostaria de dar algumas informações que já deveriam ter sido trazidas ao nosso público, principalmente aos telespectadores do Alto Paraopeba e Vale do Piranga, que precisam saber de algumas novidades tanto sobre a Via do Minério quanto sobre a duplicação da BR-040. Em relação à Via do Minério, as notícias são alvissareiras, como constatamos em reunião que tivemos com representantes da Vale e com o nosso querido Governador, Prof. Antonio Anastasia, a quem gostaria de agradecer não só em nome do povo do Alto Paraopeba e do Vale do Piranga, mas também em



nome de todo o povo brasileiro, pois ele ajudou a agilizar as licenças ambientais para dar celeridade à Via do Minério, em razão de sua importância. Talvez algumas pessoas não saibam, mas a Via do Minério é paralela à BR-040, onde o tráfego de caminhões será muito diminuído, principalmente no trecho que vai do trevo de Ouro Preto ao trevo de Belo Vale.

Trata-se de uma obra que será custeada pela Vale, aliás, uma obra já iniciada, que será inaugurada em dezembro de 2013. Com isso, vamos conseguir tirar de circulação, do leito da BR-040, 4 mil viagens por dia. Ou melhor, 435 caminhões deixarão de circular pela BR-040. Sabemos que esses caminhões que por ali trafegam são os principais causadores do estado lastimável em que se encontra a BR-040, sendo também os principais causadores de acidentes, inclusive os com vítimas fatais. Como todos sabemos, a BR-040 superou a BR-381 e é hoje considerada a nova “Rodovia da Morte”. Portanto, conseguimos, junto à Vale e ao nosso Governador, a celeridade dessa obra, que será inaugurada em dezembro de 2013. Trata-se de um investimento de 160 milhões por parte da Vale. Os caminhões da Vale, da Açominas e de seus fornecedores já não trafegarão pela BR-040. Existem outras mineradoras que não utilizarão essa rodovia para trafegar. Contatamos o Ministério Público, que já está agindo junto a essas mineradoras para se criarem postos de lavagem, lonamento de carga em seus caminhões e também tomando providências para que não haja liberação desse minério, que, além de ser corrosivo para o asfalto, provoca graves acidentes na BR-040.

Então, a proposta é fazer com que a BR-040, numa extensão de 24km, ligue a fábrica que se encontra próxima ao trevo da MG-442 até a Mina do Pico, passando por Itabirito. Assim, conseguiremos desafogar o trânsito no trecho de Itabirito até o trevo de Ouro Preto; e do trevo de Ouro Preto até o entrocamento da BR-040 com a MG-442, onde há a entrada para Belo Vale.

Portanto, esse foi um grande avanço principalmente para a nossa região do Alto Paraopeba. Como sabemos, essa é uma luta antiga, nossa, dos Prefeitos do Alto Paraopeba e do Vale do Piranga, porque é raro encontrar uma família daquela região que não tenha um ente querido vitimado, muitas vezes com a vida ceifada naquele trecho da BR-040. Assim, gostaria de cumprimentar a Vale por tal atitude, por esse altruísmo, por pensar nas vidas que serão salvas e tirar o tráfego desses caminhões da BR-040; e de cumprimentar também o nosso Governador, que atendeu ao nosso pedido tornando realidade o nosso objetivo, da cidade do Alto Paraopeba, a partir de dezembro de 2013.

Outro assunto, Sr. Presidente, que gostaria de abordar é a saúde. Antes, gostaria de cumprimentar o Presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Logistas - aliás, um cumprimento um pouco atrasado, devido a não ter tido oportunidade de estar nesta tribuna -, Sr. José César da Costa, por sinal nosso contemporâneo e conterrâneo, de Conselheiro Lafaiete, que aderiu ao projeto Assine + Saúde. Gostaria de ressaltar a importância do Deputado Carlos Mosconi, um dos idealizadores desse projeto, que, na nossa ótica e opinião, é a luz no fim do túnel. Sabemos que a saúde pública no Brasil está em estado de insolvência, como comprovam os dados. Dados do próprio Ministério Público demonstram que a situação está cada vez mais caótica. No Estado de Minas Gerais, grandes hospitais estão sendo fechados. Nos últimos cinco anos, mais de 111 hospitais foram fechados. As santas casas se encontram em situação de mendicância. Conforme matéria publicada no jornal “Estado de Minas”, mais de seis mil leitos, encontram-se fechados no Estado de Minas Gerais. Está aqui o Deputado Doutor Wilson Batista, colega médico que sabe que se trata de leitos imprescindíveis para o tratamento da nossa população. São leitos na área de clínica médica, cirurgia, obstetrícia, pediatria e psiquiatria. Ou seja, infelizmente a saúde caminha para um estado lastimável e entendemos que a única solução será esse projeto Assine + Saúde, que vai injetar na saúde pública mais de 40 bilhões por ano. Sabemos, conforme estudos, que são necessários aproximadamente 60 bilhões para recuperar a saúde no País. Entendemos que tudo isso será de grande valia e que melhorará um pouco a questão da saúde.

Gostaria de apresentar aqui os últimos dados, cujo registro nesta Casa é importante. Desde 1994, ou seja, há 18 anos, não se reajusta uma tabela do SUS, principalmente dos procedimentos de baixa complexidade. Investimos menos de 3,5% do PIB em saúde no Brasil. Para terem uma base, nos países africanos, o investimento é em média de 9,5%. Paga-se hoje por uma consulta básica, de pronto socorro, ao médico aviltantes R\$2,28. O tratamento completo de assistência cardíaca hoje é pago pelo SUS com R\$40,17. Um tratamento de câncer, com toda a sua equipe, gira em torno de R\$65,14. Ou seja, para cada real investido pelo SUS, os hospitais têm que investir mais R\$2,26 para cobrir o custeio dos procedimentos. Isso é o subfinanciamento da saúde.

Os dados do Ipea têm provado que, nos últimos 16 anos, os investimentos estão cada vez menores. Em 1995 eram gastos 15,9% dos gastos sociais federais; em 2005, 11,5%; em 2010, apenas 10,8% dos gastos sociais federais. Ou seja, investe-se cada vez menos na saúde. Veio esse programa de isenção de IPI. Em Minas Gerais, hoje o Estado mais estratificado da União, sabemos que grande parte das prefeituras depende do FPM, e houve uma redução de 30% do FPM. Há famílias que nos procuram falando que conseguiram trocar sua geladeira, seu carro, mas infelizmente estão com os salários atrasados porque as prefeituras não aguentam mais investir, como na minha cidade, onde se investe quase 35% do orçamento na saúde, ou seja, quase o dobro do previsto pela Constituição, e o governo continua com essa atitude, fazendo caridade com o chapéu dos outros. Não podemos aceitar essa situação. Para terem uma base, hoje o investimento “per capita” na saúde pública no Brasil gira em torno de US\$400; na Argentina é o dobro e, nos países da Europa, nem se fala, o valor é mais de seis vezes isso.

Gostaria de conceder aparte ao Deputado Carlos Mosconi, que engrandecerá muito o nosso pronunciamento.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte) - Meu caro Deputado Glaycon Franco, queria cumprimentar V. Exa. não só pela sua postura na tribuna, neste momento, e pelo pronunciamento que V. Exa. faz agora, mas principalmente pelo trabalho que V. Exa. tem feito nesta Casa. Um trabalho incansável, que merece os nossos aplausos, os nossos elogios, um trabalho em prol da saúde de Minas Gerais e do nosso país. V. Exa. tem se mostrado um estudioso do assunto e vem para a tribuna com dados que conseguiu compilar por meio das pesquisas que tem feito, os quais V. Exa. mostra na Comissão de Saúde e nessa tribuna. V. Exa. não fica só na questão da pesquisa. Levou a Comissão de Saúde à sua terra, Conselheiro Lafaiete, e fez lá uma magnífica reunião, uma audiência pública onde conseguiu milhares de assinaturas para o Assine + Saúde e ainda continua com seu trabalho nessa área.

Só para a informação de V. Exa., gostaria de dizer que essa campanha tem continuado; já ultrapassamos, e muito, as 300 mil assinaturas; e creio que estamos chegando perto de 400 mil assinaturas. Amanhã, o ex-Deputado Luiz Carlos Miranda nos trará mais 20 mil assinaturas que conseguiu na sua região. Depois de amanhã, iremos a uma audiência pública, em Patos de Minas, que o

Deputado Hely Tarquínio organizou. Enfim, estamos sendo convidados a comparecer em vários Estados da Federação, a fim de também estarmos presentes nesses Estados com esse trabalho que está sendo feito.

Então quero deixar aqui consignado o meu testemunho do trabalho importante que V. Exa. tem feito nesta Casa, um trabalho de força, de expressão e empenhado na luta para melhorar a saúde no nosso Estado e no nosso país. Quero deixar aqui o nosso reconhecimento, como Presidente da Comissão de Saúde, pelo trabalho importante que V. Exa. faz nesta Casa. Muito obrigado, Deputado.

O Deputado Glaycon Franco - Obrigado, Deputado Carlos Mosconi. Já deixei público e registrado que é uma honra ser presidido por V. Exa. na Comissão, um grande idealizador, um lutador pela saúde, e não só pela saúde do povo mineiro, mas também da população do Brasil.

Quero ressaltar, mais uma vez, a participação da FCDL, da qual somos dirigentes lojistas. Eles têm números alvissareiros e já nos garantiram... Aproveito para cumprimentar nossos comerciantes e comerciários e agradecer-lhes penhoradamente a promessa de entrarem nessa luta e conseguirem quase 150 mil assinaturas para esse projeto, que, na nossa opinião, é o maior projeto de inclusão social deste país. É preciso que haja alguém para lutar pela saúde do povo. Entendemos que esse é o maior patrimônio de um cidadão, de uma população. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 19/10/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Duarte Bechir

exonerando, a partir de 22/10/2012, José Maria Coradello do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;
exonerando, a partir de 22/10/2012, Rodrigo Dutra de Oliveira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando, a partir de 22/10/2012, Tatiana Massote Gibram do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;
nomeando Aleiris Soares Viana para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;
nomeando Rodrigo Dutra de Oliveira para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 8 horas;
nomeando Tatiana Massote Gibram para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

Gabinete do Deputado Hélio Gomes

exonerando, a partir de 22/10/2012, Luana Saúde Pereira Rangel do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas;
exonerando, a partir de 22/10/2012, Tihago Miguel Pereira da Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas.

Gabinete da Deputada Liza Prado

exonerando, a partir de 22/10/2012, Fabiane Santana do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas;
nomeando Fabiane Santana para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Ritiely Teixeira para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 8 horas.

Gabinete do Deputado Marques Abreu

exonerando, a partir de 22/10/2012, Ana Luísa Matoso de Paula Freitas do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;

exonerando, a partir de 22/10/2012, Daniel Rocha Cambeiro Landeira Guimarães do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;

exonerando, a partir de 22/10/2012, Gracielle Auxiliadora dos Santos Colen do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;

exonerando, a partir de 22/10/2012, Marcela Cristina Vieira do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;
exonerando, a partir de 22/10/2012, Renata Cristina Batista Inácio do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;
exonerando, a partir de 22/10/2012, Robert Jonas Andrade Oliveira do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;
nomeando Ana Luísa Matoso de Paula Freitas para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão VL-55, 8 horas;
nomeando Daniel Rocha Cambeiro Landeira Guimarães para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;
nomeando Gracielle Auxiliadora dos Santos Colen para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;
nomeando Marcela Cristina Vieira para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;
nomeando Renata Cristina Batista Inácio para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;
nomeando Robert Jonas Andrade Oliveira para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, observadas as disposições da Lei nº 15.014, de 15/01/2004, e das Resoluções nºs 5.214, de 23/12/2003, 5.215, de 19/07/2004, 5.314, de 18/07/2008, 5.347, de 19/12/2011, e 5.365, de 31/07/2012, regulamentadas pelas Deliberações da Mesa nºs 2.432, de 8/09/2008, 2.530, de 30/01/2012 e 2.542, de 13/08/2012, assinou ato concedendo reposicionamento, nos termos do § 3º do art. 41-A da Deliberação da Mesa nº 2.432, a partir de 1º de setembro de 2012, aos seguintes servidores inativos do Quadro de Pessoal desta Secretaria:



Matr	DV	NOME	Nº de padrões
1443	5	ADÃO BRAGA	1
1482	6	AFONSO CARLOS PASSOS CANÊDO	2
840	0	AMÉLIA TERESA CAGNANI LIBERO	2
689	0	ANA LUÍZA BRAGA PIMENTEL	2
1193	2	ANTONIO DE FARIA JUNIOR	2
5458	5	ANTÔNIO PINTO DA SILVA	2
2843	6	AUREA ANTUNES	2
2461	9	AURELI CAIRES BONFIM	2
2549	6	CARLOS ÁLVARO DOS SANTOS PINTO	2
2726	0	CARMEM BRAGA MOTTA	2
2736	7	CASSIA MARIA MELO DA SILVA	2
2572	0	CECÍLIA MARIA CANÇADO XAVIER NASCIMENTO	2
2011	7	CECÍLIA SICA CAUTIERO ABI-ACL	2
1569	5	CELIA DE ABREU LIMA VALENTE	2
5428	3	CÉLIO ANTÔNIO ZEFERINO DA SILVA	1
2519	4	CONCEIÇÃO DA APARECIDA ROCHA NÉRI	1
2836	3	CRISTINA DE FÁTIMA ALVES	2
2110	5	DENIZE GUERRA ANDRADE CARNEIRO	2
858	3	DILZA MARA DAYRELL ROCHA	2
2690	5	EDITH DE ANDRADE ROQUE	2
1660	8	EDUARDO GOMES BARBOSA	1
1585	7	ELIANA DE BARROS RIBEIRO DE OLIVEIRA	2
1137	1	ELIANE VIEIRA RIBEIRO	2
1617	9	ELISA MARIA GOMES QUEIROZ MACHADO	2
1611	0	ELMIRA IZAURA DO PRADO SOARES	2
2290	0	EUSTAQUIO MARQUES	2
822	2	FABIO MARTON COSTA SANTOS	2
2691	3	FÁDUA HAMDAN DE MATOS BAYÃO	2
3942	0	GABRIELA HORTA BARBOSA MOURÃO	2
682	3	GENARO ASSUMPCÃO PINTO DE SALLES	2
1734	5	GERALDO EDIBERTO FERNANDES	1
1429	0	GERALDO RAYMOND ÁLVARES DA SILVA	1
2025	7	GETÚLIO DA CRUZ TEIXEIRA	2
1987	9	HÉLIO ANTÔNIO ALVIM DOS SANTOS	2
2451	1	HILDÉCIO PEREIRA DE SOUZA	2
1658	6	HOMERO MOREIRA FILHO	2
1436	2	HUMBERTO COURA CENACHI	2
1890	2	ITÁLIA FAUSTA MACHADO DE GRISÓLIA	2
5171	3	JESUINA OLIVEIRA PEREIRA	2
880	0	JOANA ALMEY DE PAULA MOREIRA RIBEIRO	2
2693	0	JOÃO AUGUSTO GAJO	2
2946	7	JOSÉ AGOSTINHO LOPES	2
5367	8	JOSÉ DUTRA DE FREITAS	1
885	0	JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA	2
2143	1	JOSE LOREDO ROCHA	2
1297	1	JOSE MARIO SOARES TEIXEIRA	2
1289	0	JOSE SILVERIO VASCONCELLOS MOREIRA	2
2784	7	JOSÉ TEODORO DE SOUZA	2
1735	3	JÚLIA CRISTINA NOVAES MURTA FERNANDES	2
1008	1	JÚLIO CESAR COUTO MOREIRA	2
2965	3	JUSCELINO LUIZ RIBEIRO	2



Matr	DV	NOME	Nº de padrões
2823	1	LOURDES MARIA DE CASTRO TEIXEIRA	2
2832	0	LUDMILA DE ALMEIDA OLIVEIRA LIMA FREIRE	2
4208	0	LUDNEY DE OLIVEIRA GARCIA	2
3174	7	MAGDA MARIA MAGALHÃES	2
1654	3	MARCIO METZKER DA SILVA	2
1740	0	MARCO ANTONIO SANTOS LEITE	2
3554	8	MARGARETH BATISTA DOS SANTOS	2
2104	0	MARGARETH PIRES MAGALHÃES	2
1529	6	MARIA ALBINA DUARTE QUINTÃO	2
2020	6	MARIA AMÉLIA CÔRTEZ FACURY	2
2016	8	MARIA ÂNGELA DE OLIVEIRA ARAÚJO	2
430	8	MARIA ASSUNCAO OLIVEIRA	2
2762	6	MARIA BEATRIZ GONTIJO DOS SANTOS	2
1919	4	MARIA BEATRIZ RIBEIRO DE NAVARRO	2
5186	1	MARIA CRISTINA DE ASSIS FONSECA	1
5272	8	MARIA DA CONSOLAÇÃO LIMA	1
1846	5	MARIA DAS DORES ABREU AMORIM	2
2751	0	MARIA DAS GRAÇAS ALVES	1
2589	5	MARIA DAS GRAÇAS CEOLIN	2
1784	1	MARIA DE FÁTIMA ALVES ABREU E SILVA	2
2430	9	MARIA DE FÁTIMA SILVA DAVITE DE ANDRADE	2
1782	5	MARIA HELENA REIS DE PAULA	2
1657	8	MARIA INÊS NEVES	2
2725	1	MARIA LUCIA MENDES PINTO	2
2456	2	MARIA MARTINS RAMOS	2
1378	1	MARIA TEREZA BIAGIONI DIAS DE OLIVEIRA	1
956	3	MARIO FERREIRA DA CRUZ MACHADO	2
2734	0	MARIS STELLA COELHO	2
2429	5	MARISA PIMENTEL SALGADO	2
1854	6	MARLENE PEREIRA DUTRA	2
2379	5	MARLUCE GUELBER MORATORI NUNES COELHO	2
229	1	MAURICIO ADAUTO MAGALHÃES	2
1439	7	MILTON ANTONIO DA SILVA	2
2850	9	MÔNICA FALABELLA DONADA DE ABREU CHAGAS	2
1646	2	NATALIA DE MIRANDA FREIRE	1
685	8	NATERCIA SILVA VILFELFORT COSTA	2
1971	2	NEUSA MARIA PAMPOLINI	2
958	0	NILZA DIAS DE OLIVEIRA	2
1986	0	ODILON VARGAS TOLEDO	2
3337	5	ORDÁLIA DA CONCEIÇÃO PIRES DE ARAÚJO	2
955	5	ORESTES BRAZ PETRILLO	2
2218	7	PAULO RICARDO DA SILVA	1
2596	8	PEDRO SOARES NETO	2
2506	2	RICARDO PATRÚS ANANIAS DE SOUSA	2
3542	4	ROSÂNGELA MARIA VERDOLIN	2
4563	2	ROSANGELA SANTOS DE SOUZA	1
2695	6	SELMA DINIZ MALDONADO NIFFINEGGER	2
2235	7	SHIRLEY MARIA DA CONSOLAÇÃO PEIXOTO GUEDES	2
2705	7	SÍLVIA BARATA DE PAULA PINTO	2
4096	7	SOLANGE NAGEM SABBAGH	2
2014	1	SONIA MARIA DA SILVA	2



Matr	DV	NOME	Nº de padrões
2233	0	SONIA MARIA GONÇALVES PINTO	2
5226	4	TÂNIA MERCEDES FIORINI	2
2627	1	TARCIA NOCE	2
1373	0	TERESA CHRISTINA AFONSO DE OLIVEIRA	1
1975	5	VERA LÚCIA MELO FORTUNA	2
2028	1	WILLIAM HEDER MASSIEIRO	2

TERMO DE ADITAMENTO ADT/129/2012

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Ipê Consultoria e Projetos Ltda. Objeto: projeto de prevenção e combate a incêndio e pânico. Objeto do aditamento: prorrogação por 60 dias. Vigência: de 8/10/2012 a 7/12/12. Dotação orçamentária: 10110112270120093390 (10.1).